

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE – CCBS
UNIDADE ACADÊMICA DE PSICOLOGIA – UAPsi

**PROBLEMATIZANDO A CRIMINALIZAÇÃO JUVENIL: UMA PESQUISA
BIBLIOGRÁFICA E NARRATIVA**

ANA BEATRIZ LOPES VITAL

CAMPINA GRANDE – PB
2018

ANA BEATRIZ LOPES VITAL

**PROBLEMATIZANDO A CRIMINALIZAÇÃO JUVENIL: UMA PESQUISA
BIBLIOGRÁFICA E NARRATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado em cumprimento às exigências para obtenção do título de Bacharel em Psicologia, sob orientação da Professora Dra^a Alyne Alvarez Silva.

CAMPINA GRANDE – PB

2018

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Setorial “Tereza Brasileiro Silva”,
CCBS - UFCG**

V836p

Vital, Ana Beatriz Lopes.

Problematizando a criminalização juvenil: uma pesquisa bibliográfica e narrativa / Ana Beatriz Lopes Vital. – Campina Grande, PB: O autor, 2018.

54 f. 21 x 27,9 cm.

Orientador: Alyne Alvarez Silva, Dra.

Monografia (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal de Campina Grande, 2018.

Inclui bibliografia.

1. Criminalização. 2. Juventude. 3. Violência. 4. Direitos. I. Silva, Alyne Alvarez. (Orientador). II. Título.

BSTBS/CCBS/UFCG

CDU 159.964.2:316.774:81'42:179.8-053.6 (813.3)

ANA BEATRIZ LOPES VITAL

**PROBLEMATIZANDO A CRIMINALIZAÇÃO JUVENIL: UMA PESQUISA
BIBLIOGRÁFICA E NARRATIVA**

APROVADO EM: 15 / 03 / 2018

NOTA: 10,0

BANCA EXAMINADORA

Alcyne Alvariz Silva

Professor(a) _____

Orientador(a)

Professor(a) Pedro de Oliveira Filho

Examinador(a)

Enali de Jesus Afonso

Professor(a) _____

Examinador(a)

*Aos meus pais e irmãos,
“meu tesouro tão sem fim.
O que guardo de maior
do melhor que há em mim...”*
(Jorge Vercilo, Suave)

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de toda benevolência, justiça e paz, por manter-me firme diante das dificuldades do caminho, mostrando-me das formas mais bonitas seu amor incondicional por mim.

Aos meus pais, Arnaldo e Zuleide por todos os esforços para me proporcionar a melhor educação, por acreditarem nos meus sonhos e viverem os mesmos como se fossem seus, não medindo quaisquer esforços para realizá-los, vocês são meu maior exemplo de humildade, amor e doação, nada disso seria possível sem vocês.

Aos meus irmãos, Bruno, Anaxágoras e Júlia, por me receberem sempre com tanto carinho a cada retorno, me oferecendo sempre aconchego e amor, por quem busco ser melhor a cada dia, vocês são parte do que me mantém viva.

A toda minha família, pela torcida, pelas orações e por todas as palavras de incentivo, alegria e amor compartilhados.

À família Medeiros, Seu Francisco, Dona Nasy, Juliana, Júnior que sempre me acolheram com tanto carinho.

Ao meu namorado, Jorge, por todas as vezes que soube acolher minhas angústias com paciência e amor, me incentivando a seguir em frente.

Aos meus colegas de curso que contribuíram na troca de experiências diárias para que eu me desenvolvesse um pouco mais enquanto ser humano. Em especial às amigas que ficam para além da universidade: Wanessa Ribeiro e Geane Fernandes.

Aos amigos que fiz na universidade e que foram fundamentais para que me mantivesse firme na jornada: Maiara Bispo, Luciana Luiz e Ronaldo, vocês são incríveis.

À Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, que contribuiu para minha formação acadêmica, através de todos os seus funcionários, em especial aos professores: Eduardo Gusmão, Pedro de Oliveira, Betânia Amorim, Regina Lígia e Elaine Gusmão.

A minha orientadora, Alyne Alvarez, que foi uma verdadeira parceira na construção de cada linha desse trabalho, por toda paciência, carinho e cuidado, em respeitar o meu tempo, em acolher meus anseios e mostrar sempre muito entusiasmo e dedicação em realizá-los, eu não teria conseguido não fosse você.

Ao amigo, Diego, pela confiança que sempre depositou em mim, pela prestatividade, gentileza e leveza com que trata todas as situações, seu apoio e amizade foram fundamentais.

A primeira turma da qual tive orgulho de ser monitora, por todo aprendizado, carinho e incentivo a cada sonho e realização minha, vocês são eternos em meu coração.

Aos amigos de vida, Kerlânia, Clésia, Do Ó, Diane, Anna Maria, Anna Jéssica, Sueny, Amaury e Diane, que ao disporem de seu carinho e amizade sinceros me sustentaram quando não achei que iria conseguir.

Ao amigo, Hugo, por se fazer presente sempre que preciso, me ouvindo, aconselhando e proporcionando momentos leves, repletos de sorrisos e afeto.

Ao meu padrinho, Afrânio, por sempre rezar por mim e ser o meu símbolo de fé, amor e caridade.

À amiga, Camilla Mendes, por ser sempre tão paciente e companheira, por me trazer nos momentos mais difíceis a paz que acalma a minha alma.

À amiga, Joyce Raílla, por muitas vezes conseguir enxergar em mim mais do que eu sou capaz, por me incentivar a continuar caminhando, através da sua amizade, da alegria do seu sorriso e aconchego do seu abraço.

À amiga, Ana Layse por cuidar tão bem de mim, pela escuta paciente e atenta, pelo carinho, por ser tantas vezes um porto em que posso me ancorar frente as tempestades da vida, sua amizade é das coisas mais preciosas que já recebi de presente.

Às companheiras com as quais divido o apartamento e as angústias, Ellen Martins, Rafaella e Eloísa, pela paciência e carinho diante da minha ansiedade, por acreditarem e me apoiarem em cada momento.

A todas as pessoas que me gostam e torcem de perto ou de longe pelo meu sucesso, cujo amor sinto reverberar pelos lugares onde passo.

RESUMO

Nesta pesquisa pretendemos através de um estudo bibliográfico e narrativo compreender sobre fatores que concorrem para criminalização de jovens, buscamos descolar destes a visão unívoca que lhes atribui a responsabilidade pela violência. A partir de um levantamento histórico relatamos a forma como crianças e adolescentes foram vistos e tratados ao longo do tempo e os avanços legais que acompanharam essa transformação. Buscamos ainda proporcionar um olhar mais ampliado acerca da criminalização da juventude, retratando as desigualdades históricas as quais foram submetidos determinados grupos, impossibilitando o exercício de sua cidadania e garantia de dignidade. Investigamos como a visão acerca da criminalização influencia na criação de modos de subjetivação e na construção da subjetividade. Dessa forma, visamos contribuir para fomentar a discussão sobre a criminalização juvenil, possibilitando assim novas maneiras de visualizar e tratar desse fenômeno, a partir de reflexões e contribuições teóricas e experienciais que podem auxiliar na prática profissional nesse espaço.

Palavras-chave: Criminalização; Juventude; Violência; Direitos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
Capítulo 1	14
1.2 É caminhando que se faz o caminho: meu percurso metodológico.....	15
Capítulo 2	19
Capítulo 3	28
3.1 A Roda dos Expostos	28
3.2 A Doutrina da Situação Irregular e o Código de Menores	30
3.3 O Estatuto da Criança e do Adolescente e um novo olhar sobre as crianças e adolescentes ..	31
3.4 Para não dizer que não falei das flores: Políticas Públicas para a Juventude	33
Capítulo 4	37
Capítulo 5	41
5.1 Subjetividade e capitalismo.....	42
5.2 Controle social, trabalho e juventude	44
Capítulo 6	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	51

INTRODUÇÃO

Ingressar na universidade é um sonho de muitas pessoas porém a entrada nesse universo não é acessível a todas elas. Entendo que estar nesse espaço significa um privilégio do qual usufruo enquanto muitos outros não, ainda que estes outros também sejam financiadores dos recursos que possibilitam a manutenção e funcionamento dessas instituições, como no caso da universidade pública da qual faço parte. Dessa forma, compreendo que o conhecimento produzido deve fazer jus a esse investimento social, dando-lhe retorno, dessa maneira, ao pensar nesse tema eu não quis apenas elaborar um trabalho que cumprisse às exigências acadêmicas mas que pudesse ir além e, de alguma maneira, trazer contribuições que, se não estruturais, pudessem favorecer a um entendimento mais amplo de algumas das questões relacionadas à infração juvenil.

A temática relacionada aos jovens em conflito com a lei sempre me afetou, perceber o tratamento simplista dado pelas pessoas a um fenômeno que é tão complexo, me angustiava e inquietava, despertando em mim o desejo de contribuir de alguma maneira para uma visão ampliada que pudesse contemplar toda multiplicidade de fatores que concorrem para criminalização desses jovens.

Sendo assim, encontrei na elaboração desse trabalho a possibilidade de tornar pública uma investigação das razões que levam essa parcela da população a ser criminalizada, para além da visão unívoca propagada pela mídia e incorporada pela sociedade, como maneira de descolar o jovem infrator do estigma de irreversível, de mau, e retirar da infração a ideia de escolha sem quaisquer motivações ou implicações, além de afastar a ideia de inimputabilidade¹ da associação feita à ideia de impunidade, por entender que essa forma de encarar o problema não refletiria de maneira abrangente a vastidão da realidade, podendo eu, através do desenvolvimento do meu trabalho, propiciar novas perspectivas acerca do assunto.

Movida por um desejo antigo de melhor entender as questões acerca da infração juvenil, essa pesquisa busca investigar os fatores que concorrem para a criminalização de jovens e como essa criminalização funciona como forma de subjetivação dos adolescentes,

¹ Segundo o Código Penal de 1940 é a isenção de atribuição de pena a quem comete infração penal, por incapacidade de entender o caráter ilícito do ato.(GRECO,2009)

partindo do pressuposto de que existe no imaginário social² a crença e redução de jovens periféricos à categoria de bandidos, responsáveis e propagadores da violência. Dessa maneira, ocorre uma simplificação da pluralidade de fatores que envolvem a infração juvenil, o que desresponsabiliza sociedade e Estado, sustenta uma lógica meramente punitiva para manutenção da ordem social, criminaliza e cria modos de subjetivação de uma juventude pobre, ao reservar e sustentar através do poder disciplinar um lugar social para eles, fazendo-se, portanto, necessária uma discussão mais aprofundada acerca dessas questões.

Segundo Mager(2000), isso ocorre porque a modernidade nos imprime um modo de ser, um modelo do que é ser sujeito e a maneira pela qual ele deve se portar. Estar qualificado como sujeito implica em seguir regras, um padrão imposto que valida e nomeia quem pode ou não fazer uso dessa condição. Várias são as ciências que buscam explicar o sujeito, dentre elas uma se destaca como sendo aquela que assume a responsabilidade de definí-lo, bem como o que é subjetividade, a Psicologia. E nessa definição se perde a possibilidade de questionamento, a oportunidade de problematização individual sobre o que é ser sujeito, resta a busca por enquadrar-se e a análise do enquadramento alheio a essa categoria.

Embora qualificar-se enquanto sujeito exija mais que um esforço individual e dependa de toda uma conjuntura de fatores, que não estarão a dispor de todos os indivíduos, tendo em vista que o capitalismo necessita do insucesso de alguns muitos para garantir o sucesso de poucos, a alienação provocada por essa definição objetiva (do que é ser sujeito) atribui a causa do sofrimento humano ao próprio sujeito. Este, nesse propósito, precisa sujeitar-se às normas para lidar melhor com seus problemas, socializar e compartilhar daquilo que exige a modernidade. O fato é que nem todos conseguem ajustar-se a esse modelo, por não disporem das oportunidades necessárias para tanto ou por entenderem em sua singularidade que esse modelo não lhes serve, sendo assim, são barrados e excluídos por aqueles que já foram avaliados e que já obtiveram esse status. Vale salientar que o progresso do sujeito moderno estaria alinhado a sua emancipação e incentivo à emancipação alheia, algo que não se concretiza à medida que ser sujeito implica em sujeitar-se às leis pré-estabelecidas e não à própria vontade(MAGER, 2000).

A sociedade moderna, imersa no sistema capitalista, consolidado e em plena expansão, está exposta às diversas desigualdades sociais geradas por ele, nesse sentido, muitos são

² Como uma ideia pré-concebida e compartilhada que normatiza práticas sociais para manutenção de uma ordem social, segundo Taylor (*apud* Souza, 2006) .

aqueles que não conseguirão enquadrar-se na categoria de sujeito. Ainda assim, boa parte da sociedade acredita que o ingresso do adolescente no mundo do crime se dá em razão de sua “má índole” ou por conta de uma “predisposição para fazer o mau”, defendendo que a punição não é só justa mas a única saída possível para essa parcela da população, como forma de inibir e reduzir a criminalidade juvenil. Isso ocorre, segundo Mager(2000), porque se entende que o indivíduo precisa ser capaz de integrar-se ao modo de ser moderno, ou seja, capitalista, e que quando isso não ocorre ele atesta sua incompetência devendo por isso ser segregado e castigado.

E é nesse mesmo sentido que corroboram as discussões sobre os adolescentes em desacordo com as normas socialmente impostas, refletidas no desejo de punição expresso no clamor por projetos como o que prevê a redução da maioria penal³, sustentadas no argumento de que o adolescente capaz de cometer o crime também deve ser capaz de responder por sua ação da mesma maneira que um adulto responderia, colocando equivocadamente as noções de inimputabilidade e impunidade num mesmo patamar, ou seja, confundindo a forma diferenciada de responsabilização pelo ato infracional com ausência de punição.

Em uma pesquisa realizada pelo Datafolha em abril de 2015, onde participaram 2.834 pessoas em 171 cidades, constatou-se que 87% dos brasileiros adultos são favoráveis à redução da maioria penal de 18 para 16 anos, alcançando índice maior que o das pesquisas feitas em 2003 e 2006, que foi de 84%. A mesma pesquisa também atestou que a rejeição à medida ocorre em sua maioria por pessoas com maior poder aquisitivo e grau de escolaridade. O que aponta que o acesso à informação e o maior conhecimento das questões que envolvem a infração juvenil podem acarretar numa visão e posicionamento diferenciados sobre o assunto.

Em pesquisa mais recente, realizada em janeiro do ano corrente, pelo mesmo instituto, onde participaram 2.765 pessoas em 192 cidades, notou-se que o número de pessoas que apoiam a redução da maioria penal sem especificação do crime diminuiu de 87% em 2013 para 84% em 2017. Em contrapartida, o número de pessoas favoráveis ao julgamento não diferenciado para adolescentes que cometeram crimes específicos aumentou de 26% para 36% nos respectivos anos. A pesquisa reafirma o fato de que a medida tem menor porcentagem de aceitação entre pessoas de maior poder aquisitivo.

³ Proposta de Emenda à Constituição n. 33/2012.

Coaduna com o resultado dessas pesquisas a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 33/2012, que visa alterar a redação dos artigos 129⁴ e 288⁵ da Constituição Federal de 1988, dando ao Ministério Público a responsabilidade privativa de propor as ações penais relativas aos adolescentes, a serem julgadas por instância judicial especializada para determinar sobre a possibilidade de desconsideração da inimputabilidade penal para menores de 18 anos e maiores de 16, em casos de crimes hediondos, ou seja, considerados mais graves, listados na Lei 8.072/90.

A necessidade de punição dos desajustados tem se sobressaído em relação ao desejo de recuperação ou discussão das causas da contravenção penal e embora o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) preveja medidas socioeducativas para esses casos, há uma crença disseminada de que a lei tem sido muito branda e que precisa ser mais rígida para garantir segurança. A saber, o ECA prevê medidas desde a advertência até a internação em espaço educacional, porém essas ações dependem, para sua efetivação, da análise de aspectos tais como: existência suficiente de indícios que comprovem que o jovem foi autor do ato infracional, salvo ainda os casos de remissão, onde de acordo com análise do caso se determina a intencionalidade e participação no ato e questões de personalidade, implicando na possibilidade de extinção do processo (BRASIL, 2008).

Dessa maneira, observamos que assim como no sistema penal dos adultos há já na justiça juvenil uma seletividade sobre quem será punido e/ou criminalizado, tendo em vista que a lei abre espaço para uma responsabilização separatista, que não possui como finalidade, necessariamente, à justiça social, pois enquanto para os desamparados reserva várias punições

⁴ **Art. 129.** São funções institucionais do Ministério Público:

- I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;
- II - zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;
- III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;
- IV - promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição;
- V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;
- VI - expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva;
- VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;
- VIII - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;
- IX - exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas (BRASIL, 1988).

⁵ **Art. 228.** São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial (BRASIL, 1988).

dentre elas ,e com maior frequência, a internação, concede privilégio ou isenção de punição para a parcela da população que dispõe das condições para se defender. Nesse sentido, a que parcela da população jovem as punições tem se destinado, qual o perfil, origem e razões que concorrem para criminalização desse jovem?

Essa pesquisa tem como objetivo principal compreender e discorrer sobre fatores que concorrem para criminalização de jovens, buscando descolar destes a visão unívoca que lhes atribui a responsabilidade pela violência. Objetivando ainda: buscar proporcionar um olhar mais ampliado acerca da criminalização da juventude, investigando como a visão acerca da criminalização influencia na criação de modos de subjetivação e na construção da subjetividade, e ,assim, contribuir para fomentar a discussão sobre a infração juvenil através da investigação de quem é o jovem criminalizado.

Este trabalho se encontra dividido em 6 capítulos. No capítulo 1, trataremos do percurso percorrido para realização dessa pesquisa, explicando a metodologia utilizada e as razões para sua utilização. No capítulo seguinte, traremos de forma integral a narrativa que relata a história de José, um dos objetos de análise da nossa pesquisa, fruto da transcrição da entrevista-conversa gravada com autorização do participante. O capítulo 3 faz um breve passeio por algumas das etapas de instituição dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, partindo da Roda do Expostos, passando pela Doutrina da situação irregular e Código de menores, instituição do ECA até chegar às Políticas Públicas. No capítulo 4 discutimos a questão da criminalização por cor e classe social. O capítulo 5 trata das questões que envolvem a subjetividade, sua relação com o capitalismo, o trabalho e a juventude. O capítulo 6 discorre sobre o jovem criminalizado.

CAPÍTULO 1

Sobre as Práticas Discursivas

A perspectiva das práticas discursivas surge a partir do movimento construcionista social que visa questionar o modo convencional de fazer ciência, buscando ir além de conceitos institucionalizados, entendendo a linguagem para além da fala, como forma de ação que modifica ou confronta determinadas perspectivas. Essa nova forma teórico metodológica vem ganhando visibilidade desde o final da década de 1990. O termo “práticas discursivas” foi adotado por Foucault (1971/1996,1969/2000) para designar as maneiras pelas quais o discurso é utilizado possibilitando que saberes operem, desempenhando e instaurando eventos em um espaço planejado. Ao usarmos das práticas discursivas temos como objetivo analisar um discurso que não se encerra em seu proferir mas que considera que sua construção reflete um lugar, relações de poder, um momento e um contexto específicos. (MÉLLO at al., 2007)

Com isso não se objetiva anular a compreensão institucionalizada sobre a realidade, mas trazer uma possibilidade de questionamento, entendendo que nenhum saber é absoluto em si mesmo, está sempre em movimento, que o conhecimento é uma contínua construção. Uma construção histórica, cultural, que é convencionalmente coletivamente ganhando status de verdade, situada naquele período histórico e naquela cultura específica e que, portanto, não deve ser considerada absoluta, já que certamente deverá mudar ao longo do tempo de acordo com as transformações sociais.

Dessa maneira, entende-se que a linguagem é um instrumento constituinte da realidade através da prática cotidiana que quando entrelaçada às relações sociais modifica, constrói ou reforça saberes (M. J. Spink *apud* MÉLLO at al., 2007). Sendo assim, segundo Foucault(1971/1996), é a linguagem não só um exercício de saber mas um exercício de poder, que depende do lugar, tempo, espaço e demais condições que consubstanciem com aquela construção discursiva. (MÉLLO at al., 2007)

Os estudos acerca das práticas discursivas podem se dar a partir de “duas maneiras: através de investigação de documentos de domínio público e por meio de entrevistas/conversas” (MÉLLO at al., 2007,p. 29). Na primeira, “busca-se compreender como se consolidam as questões sociais, por meio de imagens, textos jornalísticos, músicas, filmes ou quaisquer outros instrumentos que sirvam para gerar discussão, dar visibilidade e/ou consolidar determinada questão no cenário social em dado momento histórico.” (MÉLLO at al., 2007, p.30)

As entrevistas/conversas são modelos interacionais, que segundo Bakthin (*apud* MÉLLO et al., 2007) configuram uma prática social, que permite aquilo que ele nomeia de interanimação dialógica, onde os enunciados se encontram e se modificam, por meio da interação entre seus interlocutores, do entrecruzamento entre aquilo que é dito e aquilo que é obtido enquanto resposta, de maneira mútua. Essas interações são extremamente ricas e por isso se tornaram também um recurso metodológico.

Nesta pesquisa, nos utilizaremos desse segundo instrumento das práticas discursivas, fazendo uso da pesquisa narrativa. Uma narrativa pode ser entendida como uma história relatada a partir de eventos sequenciais que apresentam uma interligação entre eles. Pode se apresentar de forma oral, escrita ou visual.

Segundo Clandinin e Connely (2000 *apud* OLIVEIRA E PAIVA, 2008) de maneira mais habitual, a pesquisa narrativa é, metodologicamente, a reunião de histórias a respeito de um tema delimitado a ser investigado afim de encontrar dados a respeito de um fenômeno determinado. Essas informações podem ser obtidas através de “entrevistas, narrativas orais gravadas, narrativas escritas e outras” (p.3).

Realizar uma pesquisa narrativa é confratar-se com a dúvida sobre a veracidade daquilo que está sendo narrado e nessa duvida ser capaz de perceber que a realidade nada mais é que construção. Da mesma maneira, não somos capazes de experienciar pelo outro, não conseguindo assim uma neutralidade em relação a narrativa produzida a partir de sua fala. (RIESSMAN *apud* OLIVEIRA E PAIVA, 2008)

1.2 É caminhando que se faz o caminho: meu percurso metodológico.

Este trabalho, inicialmente, pretendia ser uma revisão bibliográfica de artigos publicados nos últimos cinco anos sobre os fatores que concorrem para criminalização juvenil, com o objetivo de permitir uma visualização e análise mais ampla dessa questão. Foram encontrados 211 trabalhos como resultado da busca na plataforma Google Acadêmico⁶ por artigos relacionados ao tema “criminalização da juventude”. Seguimos nessa perspectiva por algum tempo, lendo autores, pesquisando, discutindo e escrevendo por meio de tópicos

⁶Disponível em:

https://scholar.google.com.br/scholar?q=%22criminaliza%C3%A7%C3%A3o+da+juventude%22&hl=pt-BR&lr=lang_pt&as_sdt=0%2C5&as_vis=1&as_ylo=2012&as_yhi=2017 , acesso em 05 de dezembro de 2017.

que serviriam para nos orientar acerca de tudo aquilo que pretendíamos apresentar sobre a temática.

Ocorre que num desses dias comuns na universidade, em que estamos dividindo as angústias e expectativas, em uma conversa com um amigo sobre o meu Trabalho de Conclusão de Curso me deparei com um dos maiores encontros entre a teoria e realidade ao qual já havia presenciado. Ao relatar ao meu amigo sobre meu tema, ele, de maneira espontânea, começou a contar-me do quanto achava aquele assunto relevante e do quanto conhecia a respeito. E eu, com meu interesse particular pelo tema, além da curiosidade habitual, comecei a ouvi-lo e questioná-lo, de maneira também espontânea, usando da intimidade e informalidade que as boas amizades nos permitem.

Ficamos conversando por mais ou menos uma hora e meia e tudo que ele me contava me gerava uma sensação de proximidade com tudo aquilo que eu estava estudando. Vi as cenas que ele narrava ter vivido como se eu estivesse lá como observadora participante de uma pesquisa etnográfica. Parecia que havia ido a campo sem nunca ter estado lá. Aquela narrativa era tão rica que conseguia materializar a teoria em forma de imagens: imagens vivas da experiência que livro acadêmico nenhum fora capaz de ilustrar para mim, até então.

Saí daquela conversa inquieta. Tudo aquilo que ele tinha relatado sobre sua história pessoal me atravessava de tantas formas,- eu sentia a vontade de que mais pessoas tivessem a oportunidade de, como eu, ter acesso aquele mundo que julgam tão simples de interpretação, mas que nem de longe conseguimos ter noção sem ali viver ou conviver com quem ali viveu.

Por coincidência, ou não, no mesmo dia mais tarde eu tinha reunião com minha orientadora e ela, sempre atenta e sensível ao meu desejo, acolhedora e incentivadora dos meus sonhos, ao me ver tão empolgada, questionou do porquê de não utilizar daquele depoimento para o meu trabalho, caso meu amigo assim autorizasse. Me senti compreendida, me senti realizada, era tudo que eu precisava para que minha pesquisa se tornasse não só mais um trabalho que cumpre sua função acadêmica mas que retratasse para além do meu desejo de pesquisar, uma oportunidade de expor de forma mais próxima aquilo se torna um pouco distante quando tratado apenas através da teoria.

E é nesse momento que tudo muda de direção. Após conversar com meu amigo⁷ sobre a proposta, ele não só autorizou o uso do seu relato nesta pesquisa, em forma de narrativa, assinando um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (vide Anexo 1), como se estimulou a realizar um TCC sobre sua própria história de vida. Aquilo que antes pretendia ser apenas uma revisão bibliográfica ganha a partir da incorporação da narrativa uma nova maneira de apresentação. Utilizando das práticas discursivas, através da pesquisa narrativa, damos espaço para que a linguagem seja o elemento de representação de um conhecimento que entrelaçado dessas informações obtidas com o referencial teórico nos permite analisar quanto dos conceitos se aproximam daquilo que é vivido cotidianamente, saindo assim da frieza das palavras estáticas para o calor do movimento trazido pela experiência vivencial.

Após autorização de José para o uso do seu relato como parte do meu TCC, elaboramos um roteiro (vide Anexo 2) com alguns pontos a serem abordados com mais profundidade, num momento posterior à conversa inicial, em forma de entrevista semi-estruturada. Os pontos foram elencados com base nos temas teóricos desenvolvidos a partir da revisão bibliográfica feita na primeira etapa desta pesquisa. São eles: dados sociodemográficos, informações sobre a dinâmica da comunidade na qual José morava, faixa etária dos jovens que cometiam atos infracionais à época e no local, motivações que levavam à realização dessas infrações, questões sobre racismo, capitalismo e trabalho, instituição do ECA e seus efeitos, políticas públicas.

No novo encontro com José, fizemos o registro oral por meio de gravação, autorizada pelo mesmo, de seu relato, desta vez já orientado pelos pontos previamente elaborados acerca de sua vivência. Porém, devido ao curto tempo restante após a mudança nos rumos da pesquisa, fiquei impossibilitada de ter tempo suficiente para passar pelo comitê de ética, o que, no entanto, não invalida minha postura ética no fazer da pesquisa.

Para a realização da análise dos resultados, o relato foi transcrito em forma de narrativa e incorporado integralmente no corpo do texto do trabalho. Em seguida, expusemos cada tema previamente orientado pela revisão bibliográfica ou pesquisado e acrescentado a posteriori diante da necessidade de discutí-lo frente à narrativa, possibilitando assim que a teoria pudesse dialogar com a experiência e nos dizer quanto dela se aproxima.

⁷ Considerando a necessidade ética de manter em sigilo a sua identidade, a partir deste momento, o chamaremos de José.

Os resultados não pretendem trazer respostas definitivas às questões aqui levantadas e analisadas mas colaborar para que uma reflexão seja possível a partir da visão ampliada que a experiência vivencial nos permite. Compreendemos também a limitação desse objeto à medida que se refere a um sujeito específico em um contexto específico, não retratando assim as diversas realidades, mas permitindo-nos apenas vislumbrar uma das formas de apresentação do fenômeno aqui abordado.

CAPÍTULO 2

A história de José

Contaremos aqui a história de José, um jovem negro de 31 anos, nascido e criado em Mandacaru, uma comunidade do bairro Jardim Mangueira na cidade de João Pessoa na Paraíba. Ele é o único filho, dos três que seus pais tiveram, tinha uma irmã mais velha e outra mais nova. Seu pai era um técnico em refrigeração, não alfabetizado e sua mãe uma empregada doméstica, escolarizada até a quarta série. Os familiares de José não costumavam frequentar por muito tempo a escola, nenhum de seus parentes possuía ensino superior, nenhum sequer chegara a concluir o ensino médio. Em contrapartida, houve sempre por parte deles uma grande valorização do trabalho, entendiam que não trabalhar era sinal de preguiça, ainda que para isso tivessem que desistir da escola.

Ainda que educados nessa cultura para o trabalho os pais de José sempre entenderam que investir em educação era importante. Os sacrifícios e esforços foram imensos para que a primogênita estudasse, incluindo pagar escola particular. Todos a enxergavam como alguém muito inteligente, algo que não a impediu, na falta de uma educação sexual, de engravidar precocemente, tendo assim que interromper seus estudos. O mesmo se deu em relação à irmã mais nova. Mesmo diante de tudo isso os pais insistiram na ideia de José estudar, em oposição à concepção que os familiares e amigos faziam em relação ao estudo como uma perda de tempo, por não lhes trazer nenhum retorno financeiro imediato. Para a maioria ali o conhecimento não era valorizado, era uma atividade de preguiçoso e era assim que José era enxergado por querer estudar.

O fato de querer estudar não o eximia do trabalho, passava o período da manhã na escola e a tarde trabalhava em uma pedreira junto com seus amigos. Seu pai nunca viu nisso um problema, ele entendia que o importante era que ele não deixasse os estudos e continuava incentivando-o para que estudasse. Aos amigos, José dizia que no futuro trabalharia em um escritório no ar condicionado, enquanto eles seguiriam ali, trabalhando na pedreira, enxergava na educação uma maneira de transformar sua vida e de seus familiares, enquanto os outros viam isso como mais um subterfúgio para esconder sua preguiça, como loucura.

Os amigos de José seguiram estudando com ele até a quarta série, a partir daí começaram as reprovações e desistências. Mas José insistia, embora um pouco descrente de si mesmo. E é nesse momento que uma figura importantíssima se destaca em sua vida, em meio

as inseguranças na realização das tarefas surge o incentivo libertador dito olho no olho por parte da sua professora: “Aprenda a confiar mais em você!”. Essa frase mudaria completamente a vida do menino. José confiou! José seguiu! Concluiu a oitava série, o que já seria suficiente para a lógica daquele lugar, mas para ele não, ele precisava ir além. Na comunidade onde morava, concluir a oitava série significava a conclusão dos estudos e o momento do ingresso formal no mercado de trabalho, tendo em vista que as pessoas costumavam concluir o ensino fundamental entre 16 e 18 anos.

Mas para prosseguir com seus estudos teria que se mudar, o local onde ele morava era muito perigoso, ele necessitava estudar a noite e para chegar à escola que ofertava segundo grau ele precisaria passar por lugares muito perigosos onde ocorriam constantemente assaltos e homicídios. Sair de sua comunidade não era então uma escolha mas a única opção se José quisesse continuar estudando. Sentiu-se obrigado a fugir daquele espaço, sentia que se ele insistisse em prosseguir com sua ideia ali, teria um risco real de encontrar-se e enveredar-se pelo caminho da violência, do crime ou ser vítima dele.

Os amigos que cresceram soltando pipa, jogando peão e bola nos campinhos da comunidade junto com José já estavam todos envolvidos com o crime, ainda assim o entrecruzamento de suas histórias e afeto existente entre eles não permitiam que deles José se afastasse. A violência sempre foi algo muito cotidiano em sua vida, foi comum para ele desde cedo se deparar com pessoas armadas, correr para rua para ver pessoas assassinadas, ouvir tiros durante o dia ou no meio da noite e isso tudo não lhe era estranho, era parte da normalidade.

Várias foram as vezes na história de José em que a violência se apresentou. Aos 10 anos ele teve seu primeiro contato com uma arma de fogo, foi surpreendido por uma brincadeira feita por um amigo que junto do irmão mais velho, dono da arma, ria e perguntava o quanto ele tinha medo de morrer apontando a arma para ele. E como a regra naquela comunidade era ser corajoso, mesmo com o coração em pânico fingiu não temer. Numa outra ocasião anos mais tarde, num dos jogos vespertinos de futebol no campinho da comunidade uma outra situação ocorreu. A grande quantidade de jogadores exigia que fossem divididos vários times e a cada partida um time diferente entrava no lugar do que havia perdido. Cada time na sua vez, sendo que um jogador que estava fora era responsável por organizar o time que entraria a seguir. O time de José era o próximo e ele era o responsável pela escolha, no meio tempo em que ele se organizava para entrar para nova partida avistou lá embaixo se

aproximando dois rapazes. Os dois eram conhecidos, eram parte de duas famosas famílias por ali, C. da família dos Aratus e D. da família dos Irmãos Metralha, ambas com histórico amplo na prática de assaltos e homicídios. Cada um dos rapazes trazia consigo uma arma na mão, caminhavam e atiravam para o alto em resposta ao som dos tiros disparados de dentro de um presídio que se separava do bairro onde José morava apenas por um manguezal. Essa era a forma de comunicar que naquele espaço também existiam bandidos, que também existia alguém que mandava por ali, era uma maneira de intimidar o “inimigo”.

Nada disso, porém, fez com que o jogo fosse interrompido, tudo aquilo fazia parte da realidade a que estavam acostumados. Os rapazes se aproximaram e num tom intimidador D., visivelmente tomado pelo efeito de drogas, disse que o próximo time a entrar em campo para jogar era o dele. José, ao ouvir isso, retrucou de imediato - fez valer mais uma vez a regra de que ali era preciso demonstrar coragem, não se podia ser fraco e mesmo com o medo e o risco iminente de morrer o enfrentou – ele não era mais homem que ele por estar em posse de um revólver. Iniciou-se então uma discussão desigual entre o menino de 16 anos e o homem armado de 25 a respeito de qual dos dois entraria em campo e mesmo em meio à constante ameaça, José se mantinha firme em sua postura. Ao perceber o estado alterado de D., por conta do uso de substâncias psicoativas, os outros jovens ali presentes começaram a brincar com ele e no meio da brincadeira ele resolveu atirar num boné que estava pendurado em uma das traves. Atirou e como se nada tivesse acontecido o jogo prosseguiu.

Nesse mesmo instante C., que o acompanhava, começou a testar seu revólver, atirando para todos os lados, de maneira aleatória, o revólver, porém, falhou por todas as vezes. Um dos jovens que estavam ali próximos começou a zombar da situação. Foi aí que D. o questionou sobre a zombaria e atirou em sua direção, não para ferí-lo, mas apenas para assustá-lo como forma de brincadeira, uma brincadeira que também revelava o poder que aquela arma representava. E é apenas nesse momento que se faz uma pausa no jogo e se endereça uma certa crítica à atitude do rapaz armado. Mas logo em seguida o jogo prossegue normalmente. Em um dos momentos a bola vai parar por trás do gol onde C. novamente testava seu revólver. Nenhum dos jovens ali queria arriscar-se a pegar a bola a não ser L. L. era um dos amigos de José, um rapaz muito afoito e seguro de si. L. disse que pegaria a bola pois não enxergava motivo para temer fazê-lo e assim o fez. No momento em que ele está voltando com a bola, F., um outro amigo de José, em posse da arma de C., aponta para cabeça de L. e atira mais uma vez como forma de brincadeira. José ao presenciar isso fica muito apreensivo e como era íntimo de F. o repreende de imediato. F. mostra a arma para José e diz

que ela estava sem munição, o que não o convence de que aquela atitude não tinha sido estúpida da mesma maneira. Eis que nessa hora D., resolve mostrar que o seu revólver, diferente daquele outro, funcionava, engatilha a arma em direção a L. e, mesmo sem intenção de atirar nele, por um descuido deixa que o cano deslize de sua mão e acerta o rosto do jovem. Todos se chocam. Todos correm. José corre pra casa angustiado, chega com a face pálida e conta assustado a mãe sobre aquilo que havia acontecido. Como morava perto do campo, pode ver os rapazes carregando L. até um caminhão que o levaria as pressas para um hospital. Uma cena chocante que o marcou. A bala pegou do lado esquerdo do rosto de L. e ficou alojada em sua nuca, ele não morreria mas viveria com as sequelas daquele acontecimento para o resto da vida.

No dia seguinte os jovens se reuniram para jogar no campo como era habitual, como se nada daquilo tivesse acontecido. E assim foi a infância e a adolescência de José, marcada por ver pessoas em posse de armas e eventos dessa natureza cotidianamente. Seus amigos contavam com naturalidade sobre os episódios em que praticavam furtos ou roubos, ele, em direção contrária, sempre os questionava e criticava por essas condutas. Os amigos de José, assim como ele, vinham de famílias com condições financeiras limitadas, a renda era suficiente apenas para pagar as despesas com alimentação ou as vezes nem isso. Assim como tantos outros jovens, eles também desejavam possuir roupas boas, sair para se divertir e possuir dinheiro para gastar com aquilo o que mais lhes aprouvessem. Desejavam também possuir o objeto que naquele espaço significava poder, respeito e visibilidade, uma arma.

E para obter todas essas coisas era necessário bem mais do que aquilo que os pais desses jovens ganhavam. Um revólver custava caro, cerca de 500 reais e como a maioria deles não possuía trabalho ou idade para trabalhar, precisavam adentrar no mundo do crime para comprar um. Era comum que alguém que já possuísse uma arma a emprestasse para que outro realizasse alguma ação criminosa e era assim na maioria das vezes que os jovens conseguiam o dinheiro para comprar a própria arma. As armas, as roupas, o dinheiro, o lugar social que desejavam. Foi assim que ocorreu com os amigos de José que foram crescendo e enveredando pelo crime e morrendo um a um. Alguns possuíam um histórico familiar de pessoas que já tinham relação com o crime, outros foram se envolvendo no decorrer de suas histórias.

Não bastava-lhes sobreviver naquele espaço alimentando-se adequadamente, eles almejavam mais, eram jovens desejantes como quaisquer outros. A representação social que a arma tinha naquele espaço era algo muito forte e seduzente. Ter uma arma significava poder,

todos queriam ter uma, acreditavam que isso lhes traria segurança, poderiam andar em qualquer espaço sem receio por saber que a qualquer momento disporiam da arma para defender-se. Lhes traria respeito, ninguém ousaria fazer algo com alguém que portasse arma. A arma também era a possibilidade de ascender socialmente naquele espaço, ganhar visibilidade, desfrutar daquilo que não se havia tido oportunidade por outras vias. A arma era porta de entrada para o crime e o crime era algo sedutor, porta de entrada para uma vida que não parecia acessível de outra maneira: para os assaltos que lhes renderiam lucro, para a ocupação de um lugar, pertencimento e proteção por parte de um grupo.

José por muitas vezes quis ter uma arma. Seu pai, porém nunca foi adepto da ideia. Um dia, em uma discussão num dos bares da comunidade seu pai foi agredido por um dos homens que bebiam com ele e não reagiu, não possuía arma, então ficou por isso mesmo. José, ao saber da situação ficou indignado, para ele o fato do pai não reagir e não querer possuir uma arma fazia dele um fraco. Passou muito tempo obsecado pela ideia de possuir um revólver, em uma das discussões que teve com seu cunhado chegou a pensar em matá-lo e foi em busca de uma arma emprestada pra isso, juntamente com um amigo que prontamente se ofereceu para ajudá-lo em consideração a amizade de longa data que tinham – mais uma das regras da comunidade. Quis o destino que o empréstimo não fosse possível e a vontade de José não fosse consumada.

Mas o desejo persistia e não fosse a grande admiração e respeito que ele sempre teve aos seus familiares mais velhos e a tudo que eles lhes aconselhavam, representados nos pedidos de sua avó para que ele não realizasse aquela ação, talvez ele a tivesse cometido. Tudo isso não evitou que o conflito ético se estabelecesse em sua cabeça resultando disso um choro inconsolável que misturava o desejo de concretizar sua ação e não poder e o medo pelas consequências de realizá-la e comprometer seu futuro, tornando-se um foragido, trazendo vergonha a sua família. Mas havia ali uma moralidade já instituída que contrapunha o modo de agir naquele local e que com o acalmar dos ânimos se fez sobressair, impedindo que José se tornasse um assassino naquele dia.

Porém, esse evento não fez com que o desejo de possuir uma arma cessasse, na primeira oportunidade que teve, José comprou uma arma. A possuía, no entanto, para uma finalidade diferente de seus amigos, pensava em utilizá-la para defesa de si e de sua família, não enxergando naquele espaço nada e nem ninguém além dele que pudesse protegê-los, tomando para si essa responsabilidade. Ocorre que em um dia qualquer seu amigo o chamou

para ir a casa de um outro amigo, ele prontamente aceitou e como a casa desse amigo ficava em uma localidade perigosa resolveu levar o revólver escondido na cintura para garantir-lhes segurança. Na volta da casa desse amigo eles se depararam no meio do caminho com um grupo de rapazes, com os quais tinham algumas desavenças na escola, jogando bola de gude. Ficaram com certo receio mas seguiram. José tinha consigo a ideia de que não se deve ferir alguém sem que antes se tenha sido provocado e como os rapazes os viram passar e nada fizeram, eles continuaram a caminhar tranquilamente. Uns 15 (quinze) metros depois dali seu amigo avistou uma bola de gude muito bonita e resolveu apanhá-la e levá-la consigo. Começou a jogá-la para cima e nesse momento, José ouviu quando um dos rapazes deu por falta de uma das bolinhas de gude. Ao perceber que o amigo de José estava com ela o rapaz começou a xingá-lo e ele (o amigo de José), muito irritado, pediu a José que eles voltassem lá para resolver o problema. José não queria e até quis resistir mas por lealdade ao amigo, voltou. Ao voltar o rapaz e o amigo de José começaram a discutir e no meio da discussão este jogou a bola de gude naquele. Os rapazes que estavam junto com ele se levantaram em direção aos dois e imediatamente José sacou e apontou a arma para eles, que avistando-a correram. José ainda atirou mas a arma falhou e por mais uma vez colaboraram as circunstâncias para que ele não se tornasse um assassino.

Aquele acontecimento mexeu muito com José, a situação o fez refletir sobre o motivo pelo qual ele quase matou alguém, o colocando mais uma vez diante de um conflito ético, entre aquilo que ele acreditava ser certo e aquilo que ele fazia de errado. Aquele tipo de atitude era naturalizada naquele espaço mas ainda soava de forma estranha para ele. Todos esses acontecimentos fizeram José decidir que não queria seguir por aquele caminho. Já havia presenciado a morte de muitos de seus amigos de infância e se ele continuasse por ali compreendia que poderia ser o próximo e para isso ele não precisava nem estar diretamente ligado ao crime, bastava estar próximo, sua figura já estava contaminada com aquela imagem, algumas práticas suas já se assemelhavam as deles, mas um desejo sustentado numa moralidade que ele construiu ao longo de sua trajetória o fez decidir mudar-se dali e continuar seus estudos.

Naquele espaço ele não via muitas outras possibilidades, morava numa comunidade totalmente desassistida pelo poder público, as políticas públicas que chegavam ao bairro só beneficiavam ao centro, deixando as comunidades circunvizinhas descorbertas pelas ações. Não havia um interesse dos gestores em atuar naquelas localidades dada a sua falta de visibilidade e dificuldade em acessá-la. O que dali importava eram as estatísticas relacionadas

ao número de assaltos e mortes que comprovariam a violência existente naquele espaço. O que justificaria as ações policiais mais brandas ou mais rudes naquele lugar, abusando muitas vezes da autoridade que possuíam, discriminando e desrespeitando as pessoas enquanto as abordavam.

As ações voltadas à juventude que ocorriam por ali estavam ligadas à sociedade civil, pessoas do bairro que percebiam a ausência de atividades para esse público se dispunham a oferecer algum tipo de serviço de maneira voluntária. Mas a dinâmica da comunidade dificultava inclusive o acesso dessas pessoas, que precisavam conhecer alguém que ali pertencesse para poder entrar e sair em segurança do local.

Decidido a sair de sua comunidade para estudar fora e convencido de que possuir uma arma não lhe trazia segurança mas só lhe colocava num lugar de assassino em potencial, ele resolve desfazer-se dela. Pede a um de seus amigos que o ajude nisso, seu amigo tinha contatos e conseguiria mais facilmente vender o objeto. Os dois saem juntos para vender o revólver mas no meio do caminho são parados e detidos por policiais. Estes, antes de os levarem para delegacia, conversaram entre si e propuseram aos dois o pagamento de 300 reais para que fossem liberados, eles não tinham esse valor, apresentando em troca da soltura a arma, oferta insuficiente para os policiais que os levaram para a delegacia.

Na delegacia, ao ser questionado, José se assumiu como dono da arma mas isso não impediu que seu amigo que já tinha 18 anos e outras passagens pela polícia ficasse preso. José passou a noite na cadeia preso com outros jovens que contaram-lhe um pouco de como era a vida na prisão. No outro dia sua mãe junto com a patroa, que assinou o termo circunstancial, foram à delegacia e como ele só tinha 16 anos foi liberado para ir para casa. Antes de liberá-lo o delegado conversou com ele e o aconselhou a prosseguir com seus estudos ao invés de seguir o caminho de companhias como a daquele amigo dele. Isso fez com que José reforçasse sua ideia de seguir estudando e repensar o quanto prejudicial seria o fato de ser preso e ter seu nome fichado. O amigo de José só foi liberado após pagamento de fiança. José seguiu respondendo pelo processo mas sentiu que naquele momento teria sido dada a ele uma nova chance, o fato de ser resguardado por uma lei que o impediu de ir preso junto com outras pessoas que tinham cometido delitos mais graves, possibilitou que ele pudesse se reintegrar a sociedade e seguir seu caminho em busca de seus objetivos, seus sonhos.

Diferente de outros jovens José tinha um outro lugar pra ir, e foi. Foi morar com um tio em Ingá, uma cidade no interior da Paraíba. Quando chegou lá, aos 17 anos, se deparou

com uma realidade muito diferente da sua. As pessoas costumam estudar e concluir o ensino médio por ali e não se sentira mais um anormal naquele espaço, não era um louco por querer estudar. Naquele espaço ele se sentia igual a todo mundo, continuou os estudos e concluiu o ensino médio. Depois de um tempo casou-se e com a gravidez da esposa viu a necessidade de sair para trabalhar fora, em outra cidade, começando a trabalhar na produção de uma fábrica em Campina Grande, Paraíba. No seu local de trabalho todos possuíam ensino médio, poucos eram aqueles que possuíam ensino superior. José entendeu que precisava buscar ir além, precisava entrar na universidade.

Usando da confiança que ele aprendeu a ter quando criança começou a tentar os processos seletivos dentro da empresa com o objetivo de melhorar de função, mesmo diante do descrédito que seus colegas sempre lhe colocavam. Tentou por várias vezes até conseguir. Ao conseguir o cargo, seu chefe reforçou aquilo que ele já desejava, a necessidade de que ele fizesse um curso superior. No seu novo setor se deparou com uma nova realidade, ali todas as pessoas cursavam ou já haviam concluído o ensino superior, novamente ele se sentiu incluído naquele espaço.

E ele foi mais uma vez atrás aquilo que desejava, tentou vestibular e passou em Matemática no Instituto Federal da Paraíba –IFPB. Desistiu porque não era o curso que ele queria. Tentou outra vez e passou em História, mas mais uma vez não era o curso que ele sonhava. Tentou novamente e entrou para o curso que sempre quis, Psicologia, utilizando todas essas vezes do sistema de cotas. Enchendo de felicidade e orgulho a mãe que nem por um minuto duvidou dele.

Ter um trabalho formal, ter uma família, ser universitário, nada disso libertou José do esteriótipo de jovem periférico, do esteriótipo de favelado, negro de olhar mal encarado, alguém que representa ameaça. Ao entrar num ônibus ele sempre desperta olhares tortos e preocupados. Ao andar a noite na rua provoca alvoroço pela ideia de ser um possível assaltante. Todo o percurso de José não está estampado em seu rosto e o peso da discriminação ainda sobrepõe suas conquistas. José segue sobrevivendo, resistindo, lutando contra as forças que teimam em desestruturá-lo, fez isso na comunidade, fez isso fora dela. São lógicas diferentes que o querem limitar a um determinado lugar, mas ele resiste e fura essas barreiras. E José quer mais, quer formar-se e mostrar para outras crianças e jovens que um outro caminho é possível, José quer afirmar seu lugar no mundo, quer usar da sua história

para provar que é possível, pois para si mesmo ele já provou, ele prova todos os dias que é preciso ser resistência.

CAPÍTULO 3

Breve Histórico da Infância e da Juventude no Brasil

Tomando a infração juvenil nestes termos: como um ato isolado em si mesmo, sem quaisquer variáveis que contribuam pra sua realização, desconsidera-se a complexidade da questão, desprezando todo o contexto psicossocial, cultural, político, econômico e histórico que o envolve. Podemos melhor entender como se estabelecem essas desigualdades se analisarmos a história do Brasil e, nesta, como se situam a história da infância e da juventude. Neste capítulo trataremos de forma breve como se delinea a história da infância e da juventude no Brasil, fazendo um recorte que parte das primeiras instituições responsáveis por tratar desse público e se estende até à implantação de Políticas Públicas para a juventude.

3.1 A Roda dos Expostos

É sabido que a concepção da criança como pessoa em peculiar fase de desenvolvimento e a diferenciação entre crianças e adultos nem sempre existiu no Brasil, começa-se a pensar ações referentes a esse público no período Colonial em decorrência dos vários casos de abandonos de crianças indesejadas, por serem resultado de relacionamentos fortuitos desconformes com a moralidade instituída à época, ou àquelas originárias de famílias com condição financeira insuficiente. Essas iniciativas tinham como objetivo evitar que fossem realizadas ações mais extremas como infanticídio, aborto ou abandono dessas crianças à própria sorte, o que, na maioria das vezes, resultaria em sua morte (SILVA e CALEIRO, 2012).

Segundo Costa (*apud* SILVA e CALEIRO, 2012), as ações relacionadas às crianças estavam muito mais ligadas à sua representação religiosa e enquanto propriedade, do que a uma preocupação com sua vida de fato, tanto é que a responsabilidade por elas recaía principalmente para as instituições religiosas ainda que fossem uma incumbência da Câmara Municipal respectiva, esta que no lugar de prestar alguma assistência as crianças se omitia ou delegava a tarefa a terceiros em troca de recompensa pecuniária.

Assim surge inspirada no modelo europeu, segundo Marcílio(2003), e perdura por quase um século e meio no Brasil (1726- 1950), a Roda dos Expostos, um cilindro rotatório

de madeira fixado à janela ou ao muro da instituição, dividido em duas partes onde em uma delas a criança enjeitada era depositada e em seguida girada a roda estava ela dentro do local. Isso era feito com objetivo de resguardar aquele que expunha a criança, incentivando-o dessa forma a deixá-la nas Santas Casas de Misericórdia- instituição religiosa responsável pelo cuidado dos expostos- e não em outro lugar sujeita às variáveis que poderiam ceifar sua vida.

Apesar da implantação das Rodas dos Expostos em várias partes do país, somadas treze em todo Brasil, a assistência aos enjeitados era bastante dispendiosa. Dessa maneira, as Santas Casas de Misericórdia sempre contaram com o apoio popular. Elas não foram capazes de abarcar o grande número de crianças abandonadas, por esse motivo, a maioria delas acabava morrendo antes de chegar a idade adulta ou sendo acolhidas por famílias substitutas. Algumas dessas famílias as acolhiam por caridade e crença em seu dever cristão e até as reconheciam como filhos, outras por enxergar nelas a possibilidade de mão de obra no futuro, dando a estas tratamento diferenciado dos demais filhos em relação às atividades exercidas e à herança (MARCÍLIO, 2003).

Como organização missionária, a primeira providência tomada era a de introduzir a criança no mundo cristão, tratando de imediato do seu batismo. Algumas das crianças conseguiam asilo das Santa Casas, a maioria era encaminhada a uma ama de leite que lhe cuidaria até os três anos. Incentivos eram feitos no sentido de convencer a ama a ficar com a criança sob guarda, para tanto eram oferecidas recompensas pecuniárias até a criança completar 12 anos, após essa idade poder-se-ia explorar de sua força de trabalho. Não havia fiscalização sobre a forma pela qual essas crianças eram tratadas a partir dali o que resultara muitas vezes em abusos dos mais variados tipos.

Marcílio(2003) destaca que como as Misericórdias não tinham condições de manter as crianças sobre sua guarda e algumas das amas abandonavam as crianças após o recebimento do dinheiro pelo prazo estipulado, muitas das crianças se viam expostas às ruas, encontrando na prostituição, na mendigagem ou nos furtos um meio de sobreviver, habituando-se com o tempo a esse modo de vida. Por conta disso, sempre que possível as Misericórdias buscavam encaminhar os meninos a famílias que pudessem admití-lo como aprendiz de algum ofício e as meninas como empregada doméstica. Havia ainda para os meninos a opção de adentrar na Companhia de Aprendizes de Marinheiros onde se submetiriam a dura disciplina militar e exerceriam as mais variadas funções. Às meninas restava a opção de apoiar no cuidado de outras crianças deixadas nas rodas de expostos.

Segundo Marcílio(2003), no século XIX com o movimento iluminista, o liberalismo econômico e o movimento higienista começa-se uma campanha para extinção das rodas dos expostos, sob a compreensão de que era necessária uma mudança no tratamento dado às crianças, tendo em vista o alto índice de mortalidade e, dessa maneira, de perda de mão de obra para a produção. Os juristas também se tornaram apoiadores da causa justificando a necessidade de se pensar novas formas de amparar legalmente este público na tentativa de solucionar um novo problema: a adolescência infratora. Aos poucos foram criados novos espaços que começaram a substituir e modificar o modo de filantropia praticada até então, numa tentativa de prevenção das desordens, surgem as instituições de ensino profissional e remunerado. A filantropia ganha então caráter científico e não mais religioso, atendendo a nova organização social, política, econômica e moral.

3.2 A Doutrina da Situação Irregular e o Código de Menores

Em 1929, foi instituído o primeiro Código de Menores do Brasil, conhecido como Código Mello Mattos que, segundo Leite (2005): “tinha forte caráter assistencialista, protecionista e controlador, consistindo num verdadeiro mecanismo de intervenção sobre a população pobre.” No Estado Novo, no Governo Vargas, com uma preocupação assistencialista por parte do Estado, instaurou-se o Serviço de Assistência a Menores (SAM) com o intuito de tratar das questões referentes aos “menores” desvalidos e delinquentes. Logo surgiram denúncias acerca do tratamento dado aos menores pelo SAM, o que junto com a mudança no cenário político acarretou em sua extinção e na criação da Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM), em dezembro de 1964 (RIZZINI apud LEITE, 2005).

A PNBEM, segundo Rizzini (*apud* LEITE, 2005) trazia em seu discurso o objetivo de integrar o “menor” no meio social e em casos excepcionais, interná-lo. O planejamento e delineamento na forma de execução dessa assistência era feito pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e sua execução cabia às Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEMs), das quais cabia a responsabilidade, como já pressupõe o nome, a cada um dos Estados da Federação (ABREU & FROTA MARTINEZ *apud* LEITE, 2005).

Embora tenham ocorrido algumas manifestações populares acerca do desejo de mudança no tratamento dado por essas instituições às crianças e jovens no ano de 1979 foi

instituído em contraposição a esses movimentos o novo Código de Menores que adotou a Doutrina da Situação Irregular através da lei n. 6.697/79. A Doutrina da Situação Irregular se baseia no enquadramento à dupla condição de abandono e delinquência, o que se caracterizaria como uma patologia social. Dessa maneira, apenas estes, os “menores”, como eram classificados, poderiam sofrer as medidas legais, enquanto as demais crianças, em sua maioria filhas das famílias abastadas, responderiam de acordo com o Direito de Família. Rizzini (apud LEITE, 2005), aponta que o Código de Menores reafirma a concepção de incapacidade por parte das famílias pobres de educar seus filhos, uma ideia que já havia sido sugerida no Código de 1929, apontando que nessas situações se faria necessária a intervenção do Estado, ficando a critério do Juiz de Menores decidir se essa intervenção se efetivaria ou não.

Há, portanto, uma criminalização a priori decorrente do lugar de origem e da classe social da criança ou adolescente. O “menor” poderia ser levado à Justiça não apenas por sua conduta desviante, mas por condutas de familiares ou de outros responsáveis, que implicassem em negligência, dificuldades de garantir-lhe subsistência, maus tratos ou risco de incorrer em práticas que ferissem à moral da época e outras situações não delimitadas na lei que ficavam a critério do julgamento do Juiz de Menores. Não havia distinção no julgamento com relação a conduta que foi realizada, da mesma maneira, os adolescentes julgados em “situação irregular”, independente do motivo, poderiam ser internados todos em um mesmo local (LEITE, 2005).

Não tardou para que essas práticas fossem questionadas e denunciadas, bem como o uso do termo menor e seu caráter discriminatório e seletivo. Os debates gerados em decorrência dessas ações, do crescimento da pobreza e da violência, fizeram com que essas questões ganhassem força no cenário político e o envolvimento da sociedade civil organizada suscitou o reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos (ABREU & FROTA MARTINEZ *apud* LEITE, 2005). Foi criada assim na Assembleia Constituinte a Comissão Nacional Criança e Constituinte, possibilitando que fossem inseridos na Constituição Federal os princípios constantes na Declaração Universal dos Direitos da Criança e a Doutrina da Proteção Integral. (LEITE, 2005)

3.3 O Estatuto da Criança e do Adolescente e um novo olhar sobre as crianças e adolescentes

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, instituído pela lei 8.069/90, surge em concordância com a Constituição Federal de 1988, que versa em seu Artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, s/p).

A nova lei passa a dar tratamento igualitário à crianças e adolescentes, substituindo assim a “situação irregular” por “proteção integral”, por entender que o cuidado despendido à criança hoje implica diretamente naquilo que se espera para um país, ou seja, investir na criança e no adolescente é investir no futuro. Esse investimento deve ser feito a partir de políticas públicas na forma de projetos, programas e serviços planejados e executados pelo Estado (SALUM, 2016) e guiados pelos princípios da Convenção Internacional dos Direitos da Criança e Adolescente, quais sejam: “1) não discriminação; 2) melhor interesse da criança; 3) direito à sobrevivência e ao desenvolvimento e 4) respeito à opinião da criança.” (ARANTES, 2012, p.46) O ECA representa, portanto, um marco jurídico na história das crianças e adolescentes em relação à garantia de direitos.

Apesar do avanço significativo trazido pelo ECA e pelas garantias constitucionais relacionadas à juventude, há uma distância enorme entre aquilo que pressupõe a lei e aquilo que se coloca em prática. Contribui para isso tanto os entraves de ordem objetiva que dificultam a efetivação daquilo que é proposto legalmente, quanto as lacunas deixadas pelas necessidades sociais expressas mas não implementadas pelas políticas públicas elaboradas pelo Estado, impedindo que aquilo que propõe a lei ganhe efetividade. Busca-se assim, de forma controversa, uma gerência do Estado das questões sociais sem que se faça presente a participação popular, colocando a sociedade civil num lugar de passividade e anuência com o que é proposto e inviabilizando a participação do indivíduo nas decisões do Estado.

Além disso, os pouco mais de 25 anos de instituição do ECA ainda não foram capazes de provocar uma conscientização a respeito da finalidade da lei em promover cidadania, salvo alguns profissionais especializados atuantes e empenhados nesse sentido, ainda há por parte de alguns outros e da população, muitas vezes, uma interpretação errônea daquilo que o ECA representa, enxergando-o como um subtérfgio para o jovem infrator escapar da punição e não como um instrumento propiciador da dignidade e cidadania das crianças e jovens,

deixando assim de participarem ativamente da luta pela garantia desses direitos. Esses fatores colaboram também para que a completa efetivação do Estatuto demore a acontecer.

Porém, a existência de entraves não nega a importância do ECA para a juventude e nem desqualifica as vezes em que ele se faz efetivar. Como trazido na narrativa, o tratamento diferenciado dado ao jovem, considerando sua condição peculiar de desenvolvimento, possibilitou que José pudesse prosseguir com seus planos de estudar. Impediu que ele fosse tratado como adulto, fichado, preso e marcado pelas consequências cruéis trazidas pelo encarceramento. Possibilitou-lhe uma segunda chance, como ele mesmo interpreta, uma chance para repensar seu ato, para firmar ainda mais seu desejo de seguir por um outro caminho que não o do crime.

3.4 Para não dizer que não falei das flores: Políticas Públicas para a Juventude

As diversas transformações sociais, políticas, econômicas, culturais, ocorridas nas últimas décadas no Brasil e no mundo, tem trazido muitas mudanças ao modo de organização social, vida e trabalho, produzindo, conseqüentemente, aumento nas desigualdades sociais. Os jovens aparecem como a parcela mais afetada por essas mudanças, o que aponta para a necessidade de criação de medidas que venham a minimizar esses danos. Acompanhando os avanços na garantia de direitos trazidos pela promulgação da “Constituição Cidadã” e a instituição do ECA em 1990, enxergou-se a necessidade na criação de políticas públicas capazes de abarcar os jovens com faixa etária maior que 18 anos, não assistidos pelo ECA e tratados da mesma maneira do restante da população. Entendendo as necessidades supracitadas e as especificidades próprias do universo juvenil, criam-se as Políticas Públicas para a juventude. (BRASIL, 2006)

Através da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), criada em 2005 por um Grupo Interministerial ligado a Secretaria Geral da Presidência da República, são organizados os projetos e programas endereçados aos jovens de 15 a 29 anos, que articulados as instâncias municipais, estaduais e federais, além dos poderes Legislativo e Judiciário deveram suscitar na criação de políticas públicas que possibilitem a participação do público jovem nessa construção. (BRASIL, 2006)

Assim surge a Política Nacional da Juventude, no mesmo ano, e traz como desafios: “ampliar o acesso ao ensino e a permanência em escolas de qualidade; erradicar o analfabetismo; preparar para o mundo do trabalho; gerar trabalho e renda; promover uma vida saudável; democratizar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação;

promover os direitos humanos e as políticas afirmativas; estimular a cidadania e a participação social; e melhorar a qualidade de vida no meio rural e nas comunidades tradicionais” (BRASIL, 2006, p.8).

O Conselho Nacional da Juventude (CNJ), formado por membros do poder público e da sociedade, surge, em 2005, como órgão consultivo. Possibilita o diálogo entre o Governo Federal e sociedade civil, indicando para à SNJ as demandas sociais, relacionadas aos jovens, que necessitam de uma ação estatal, efetivada na criação de pesquisas, projetos e programas para a juventude, promovendo, dessa maneira, a participação popular(BRASIL,2006)

Como exemplo de alguns dos principais Programas Sociais criados pelo Governo Federal para a Juventude temos: o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) e o Programa Universidade para Todos (ProUni).O ProJovem foi criado em 2004 e se destina a jovens entre 18 e 25 anos que não possuam assinatura na carteira profissional que tenham concluído até quarta série mas que não chegaram a terminar a oitava série do primeiro grau. O programa possibilita a conclusão do ensino fundamental, além das disciplinas básicas, oferece aulas de informática, inglês e oferece qualificação profissional durante os 12 meses em que o aluno permanece no programa, gozando ainda de um incentivo mensal de 100 reais se comprovada a frequência de 75% nas aulas ministradas. No final do processo é realizada uma prova para avaliar e, então, emitir os comprovantes de conclusão do Ensino Fundamental(BRASIL,2006).

O ProUni foi criado em 2004, passando a ter efetividade apenas em 2005, com a finalidade ofertar bolsas de estudo de forma integral ou parcial em instituições privadas de ensino superior, possibilitando o acesso da população mais pobre ao ensino superior. Para que possa fazer jus ao programa é necessário que o interessado comprove “renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, para bolsa integral, ou até três salários mínimos, para bolsa parcial (50% do valor da mensalidade)”(BRASIL, 2006, p.43). Há, ainda, para os professores que já lecionam na rede pública e que não possuem ensino superior, a possibilidade de participar do programa sem necessidade de comprovar renda(BRASIL,2006).

Além dos programas também foram criadas leis para garantir os direitos da juventude, algumas delas: a Lei n.12.852/2013, que institui o Estatuto da Juventude, que “dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE”(BRASIL, 2013, p.27), de acordo com os princípios dispostos no Art.2º desta mesma lei: “I – promoção da autonomia e emancipação dos jovens; II – valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações; III – promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do

País; IV – reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares; V – promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem; VI – respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude; VII – promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e VIII – valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações.” (BRASIL, 2013, p.27) , a Lei n.12.711/2012, que institui o sistema de cotas raciais e sociais para o ingresso em instituições públicas de ensino e a Lei n. 12.990/2014 que institui o sistema de cotas raciais para preenchimento de vagas em concurso público.

Apesar das garantias legais e programas sociais criados para a juventude, percebemos que na realidade eles nem sempre se efetivam. Como podemos observar na parte da narrativa em que José relata sobre a inexistência de ações governamentais realizadas em sua comunidade, denuncia que, quando realizadas, essas ações só privilegiam a parte central do bairro, deixando as comunidades adjacentes desassistidas.

Além disso, não se observa na comunidade de José por parte do Estado ações que promovam a emancipação dos jovens, que incentivem a representação e participação política nas discussões acerca das demandas da localidade onde moram. Não há acesso à arte, cultura, lazer, esporte, nada que valorize a capacidade criativa e promova o bem-estar dessa população, que no caso específico encontra apoio apenas da própria sociedade civil através dos trabalhos voluntários prestados à comunidade. A falta de incentivo ao estudo colabora com as constantes reprovações, desistências e com a ideia de concluir somente até a oitava série do ensino fundamental. Atrelado a isso soma-se a falta de condições dadas às pessoas para que prossigam estudando numa área violenta onde o Estado não se mobiliza para garantir a integridade moral e física da população. Tudo isso, é claro, não acontece em vão, corrobora com o desejo da classe dominante em ter sempre mão de obra barata e disponível para realização das tarefas mais insalubres, como trabalhar em pedreiras, sem questionar-se por isso.

No entanto, vale ressaltar que foram as políticas públicas para a juventude que possibilitaram o acesso de José ao Ensino Superior, através do sistema de cotas raciais e sociais, essenciais para reparar os mais de 500 anos de exploração de uma população negra, pobre e marginalizada, excluída inúmeras vezes de gozar dos direitos que estavam reservados apenas a uma parcela mínima da população, a burguesia. Foi por meio das cotas que José pode gozar do direito à educação e realizar o sonho de cursar Psicologia em uma universidade pública, obtendo a possibilidade de dar um novo rumo a sua vida e a história de seus familiares, quebrando esse ciclo de pessoas que desistem da formação para dedicar-se

exclusivamente ao trabalho, ao se tornar o primeiro da família a ingressar e quem sabe concluir o Ensino Superior.

CAPÍTULO 4

A criminalização por cor e classe social

Desde o Brasil Colônia foram instituídas entre as classes condições e oportunidades totalmente discrepantes. Como resultado de uma herança escravocata, a maior parte da parcela negra da população esteve sempre à margem social. Segundo Florestan (*apud* Souza, 2006), o negro liberto se viu lançado ao abandono, inadaptado e, portanto, fora da nova ordem social, capitalista e burguesa, e, assim, obrigado a dar conta das necessidades suas e de seus familiares sem que para isso lhe fossem ofertados meios de subsistência ou quaisquer perspectivas, lançando-o à marginalidade e à pobreza econômica. Frente a manutenção do poder na mão de antigas famílias e a integração de imigrantes aos espaços de trabalho formal, restava ao negro as atividades marginais ou subalternizadas, como forma de manutenção de uma mínima dignidade e liberdade, bem como o ócio, a vagabundagem, a prostituição ou a criminalidade.

A continuidade desse modelo familiar, desprovido das condições básicas para garantia da dignidade e da cidadania, serviu como perpetuadora das condições de desestrutura social as quais negros e mulatos estavam imersos. Dessa maneira, os desvios normativos se mostravam como uma possibilidade de visibilidade e reconhecimento social, tendo em vista que apareciam como forma de fugir ao destino das atividades marginalizadas as quais comumente eram submetidos. Os jovens prematuramente, e sem nenhum suporte, se viam convocados a responsabilizar-se por si. A exposição à pobreza e a falta de um referencial familiar os lançavam a um egoísmo e um modo de sobrevivência a qualquer custo, de consequências tão marcantes que, por muitas vezes, inviabilizavam o vínculo e organização social.(SOUZA, 2006)

Na narrativa, corroborando com o parágrafo supracitado, observamos que na ausência de outras possibilidades na comunidade, o crime aparece como uma oportunidade de ascender socialmente, integrar-se a um grupo, obter proteção, reconhecimento e acesso aos bens de consumo. Para a maioria dos amigos de José essa via se destaca como a mais adequada, enxergando que por meio de outra não seria possível obter tudo aquilo. E na comunidade em questão o crime não apresenta um modelo organizado de funcionamento, o que há mesmo é uma tentativa de sobrevivência diante do abandono por parte do Estado e falta de acesso aos direitos básicos, onde é preciso coragem, astúcia e algumas vezes sorte para manter-se vivo.

Ao longo da história, este abandono foi responsável por constituir e reproduzir um *habitus*⁸ -condições sociais que inviabilizam a adaptação e inserção à sociedade de classes, tendo como consequência a marginalização, que abarcou além da parcela negra da população, outras também segregadas ao longo do processo de modernização. É inegável que o negro carrega o peso do estigma que o coloca em situação contrastante ao padrão definido como útil e produtivo pelo racionalismo ocidental e seu racismo constitutivo, mas é o desamparo a esta parte da população que a coloca na condição de marginal e excluída (SOUZA, 2006).

Nesse sentido, o não enquadramento à nova ordem social vingente não permite ao negro tornar-se sujeito de direitos ou cidadão, sendo esta associada à ideia de utilidade e produtividade, e o coloca numa situação de subcidadania, não tendo assim reconhecimento social e, portanto, não sendo digno de gozar de seus direitos. Esse reconhecimento, essa cidadania, seria fruto de uma postura comprometida e disciplinada que favorecesse a produção do capital.

Atribui-se a esse outro em desacordo com as regras instituídas, a ideia de ameaça. A mídia trata de propagar a visão preconceituosa que o estigmatiza, bem como a seu lugar de origem, classe social, seu modo de ser, de vestir, sua cor. Sendo assim, delinea-se e reprime-se aquilo que se entende como perfil perigoso, camuflando, dessa forma, os problemas e as desigualdades sociais que permeiam a questão da criminalidade, colocando em estado de pânico uma sociedade que eufórica recebe as notícias sensacionalistas acerca da violência vendida como mais uma mercadoria.

José nos aponta essa realidade, quando mesmo vivendo em um outro espaço e seguindo todos os parâmetros impostos pela normatização burguesa, ainda é qualificado pelo estereótipo impregnado a sua aparência e a seu lugar de origem. A sua cor, a sua forma de vestir, de agir, sempre estão associadas a representação do perigo latente, daquilo que para poder existir deve se limitar a ocupar espaços previamente determinados. Ele nos mostra a face do racismo velado que se apresenta todos os dias atingindo a população negra, nos ônibus, nas ruas, nas universidades, nos espaços públicos e privados.

Não haveria, pois, mais uma variedade de sujeitos, mas apenas dois: um sujeito normativo (adaptado às regras do capital) e um sujeito desviante (ameaça a esse sistema e que é portanto indesejado). E embora atribuídas a essa segunda parcela as mazelas sociais,

⁸ De acordo com Bourdieu (*apud* SOUZA, 2006), a transmissão de uma configuração social incorporada por um grupo que se refletiria numa maneira específica de pensar, sentir e agir.

inclusive a violência, é na verdade ela a que mais sofre com esse fenômeno, as estatísticas comprovam crescimento do número de homicídios nas áreas marginalizadas, principalmente no que se refere aos homens jovens, negros e pobres.

A narrativa nos traz a constante presença da violência no cotidiano da comunidade, presente nos sons dos tiros disparados sem prévio aviso, nos homicídios a céu aberto, na naturalização das mortes violentas e das mortes acidentais, na ação policial repressiva e desrespeitosa. A violência se apresenta na violação dos direitos de uma juventude que não dispõe de muitas possibilidades de garantir dignidade e cidadania e que através da subversão tenta sobrepor um sistema que a violenta, obtendo na maioria das vezes a própria aniquilação. Ocorreu assim com a maioria dos amigos de José, ocorria assim com a maioria dos jovens daquela comunidade, mortos por envolvimento com o crime ou por terem simplesmente que demonstrar coragem em situações que lhes colocava em situação de risco para poder se afirmar naquele espaço onde a fraqueza não tem lugar.

Segundo Souza(2017), as questões relativas à sociedade se baseiam nas relações de poder e na reprodução deste. Todo poder, no entanto, deve ser legitimado e isso se concretiza na modernidade através de grupos políticos hegemônicos que, muitas vezes apoiados em saberes ditos científicos, propõem ideias mascaradas de verdades que determinam certo e errado, dominantes e dominados, e são institucionalizadas através dos mecanismos de poder. Isso se solidifica em forma de paradigma e é passado historicamente através das gerações.

No que se refere ao racismo, Souza(2017) aponta a substituição deste paradigma pelo culturalismo, ou seja, as diferenças de desenvolvimento entre os povos antes explicadas, inclusive cientificamente, através da cor da pele, passam agora a serem explicadas pela herança cultural que esses povos carregam. Dessa forma percebe-se que não houve a quebra de um paradigma anterior mas apenas uma reformulação que pareceu melhor aceita moral e intelectualmente. Essa visão serviu para justificar as diversas desigualdades presentes entre os povos brancos e negros e o motivo pelo qual alguns tinham um nível de desenvolvimento maior que outros. Esse entendimento foi amplamente difundido, inclusive no Brasil. A mídia, apesar de não produzir conhecimento, surge como instrumento fundamental para propagação desse modo de pensar, reafirma as ideias que os especialistas atribuem como sendo verdadeiras, favorece a manutenção de interesses políticos e econômicos e encobre os aspectos que possam ameaçá-los.

Assim ocorre com a visão dominante difundida socialmente no Brasil, seguindo os mesmos paradigmas, não houve uma superação do racismo mas apenas uma permutação do termo, enquanto na prática, o racismo velado é utilizado para classificar e dividir os seres humanos em primeira e segunda classe, naturalizando as desigualdades e legitimando a superioridade de uma classe em relação a outra, como característica inerente a cada uma por conta de seu estoque cultural(SOUZA, 2017)

Levando em conta toda essa configuração é possível compreender a necessidade de uma discussão e investigação mais aprofundadas dos fatores que levam à criminalização ou não criminalização de adolescentes no intuito de transcender o senso comum e chegar à explicações que se distanciem de ideias pré-concebidas e reflitam de forma mais ampla as razões históricas, psicossociais, culturais e políticas que desembocam nesse resultado.

Encontra-se na criminalização de adolescentes uma saída fácil a um problema de raízes mais profundas, proveniente de um processo sócio-histórico de exclusão, atuação e ações estatais ineficazes, ausência de políticas públicas voltadas a essa parcela da população, entre tantos outros fatores, limitando a infração à lei a esteriótipos e estigmas pré-concebidos. Além disso, à medida que jovens periféricos são colocados como causa da violência estes são invisibilizados e inviabilizados de exercer seus direitos e sua cidadania.

CAPÍTULO 5

Sobre a subjetividade

De acordo com a lógica cartesiana o ser humano seria resultado de uma racionalidade pré-existente, diferenciando-se por essa característica dos demais animais. O mundo externo, mecânico, com regras pré-estabelecidas seria interpretado por meio da razão e por meio dessa interpretação seriam moldadas a forma de ser e se comportar. O homem existiria enquanto ser pensante, mas esse pensamento seria uma concepção pré-existente delineada através do contato com o mundo exterior. A subjetividade, nestes termos, estaria pré-estabelecida (DOMÈNECH, TIRADO & GOMES, 2001).

Uma nova forma de ver a subjetividade surge pautada na tentativa de superação dessa dualidade, entendendo que o sujeito seria fruto de uma construção social e histórica, se distanciando tanto da ideia de que haveria uma instância psicológica separada do exterior, quanto de que ela existiria aprioristicamente sendo por ele influenciada a posteriori. A subjetividade seria, dessa forma, uma constante construção resultante da relação entre ser e mundo firmada e expressa através do discurso. Assim o pensamento faria parte de uma construção coletiva, bem como a memória e a linguagem seria o instrumento constitutivo e de expressão subjetiva (DOMÈNECH, TIRADO & GOMES, 2001).

Apesar da tentativa de superar a antiga visão acerca da subjetividade a perspectiva construcionista esbarra em algumas limitações que recaem na velha dualidade, pois o discurso aparece nas situações concretas de maneira acabada, preso à palavras de significados já definidos, como se o sujeito não se posicionasse acerca delas, interpretando-as, apenas, quando a elas exposto e expressando-as através da linguagem.

Deleuze(1992 *apud* DOMÈNECH, TIRADO & GOMES, 2001) propõe uma nova forma de pensar a subjetividade, sem prévias ou posteriores definições mas em constante movimento e produção, múltipla e mutável, indo de encontro à ideia totalizante de sujeito, que delimita parâmetros para mensuração da subjetividade. O sujeito seria esse ser que modifica e é modificado, por meio de suas vivências e experiências, que afeta e é afetado a todo instante, num processo contínuo e infinito de construção de si mesmo e do mundo, distante de qualquer enquadramento ou institucionalização, não se prendendo, portanto, a qualquer forma de subjetivação, discursiva ou dialética e entendendo o sujeito como eterno devir.

5.1 Subjetividade e capitalismo.

Como visto, a subjetividade não estaria pronta e acabada, sofreria a todo momento mudanças através dos contatos e experiências do sujeito com o outro, consigo e com o mundo. Há, no entanto, uma tendência à construção de uma identidade uniforme que atenda as perspectivas do capital, um perfil que visa possibilitar a manutenção de uma cultura de consumo. O capitalismo inaugura uma nova forma de “ser no mundo”, um enquadramento que direciona o sujeito à produtividade ao tempo que também o incentiva ao consumo daquilo que é produzido. O sujeito passa a existir enquanto aquele que produz e consome, fora desse padrão ele não é reconhecido (MAGER, 2000).

Como vimos na narrativa, o trabalho aparece para os familiares de José, com exceção de seus pais, como único destino possível e desejável, tanto que o fato de estudar aparece como demonstração de preguiça. Nessa visão, o sujeito só existiria enquanto sujeito que trabalha, ainda que para isso tenha que deixar de estudar. O conhecimento não aparece como algo valorizado, a valorização viria da capacidade de dispor da força produtiva e obter disso uma renda.

Essa forma de ser é amplamente divulgada, solidificando-se no imaginário social através dos meios de comunicação de massa, das instituições e dos demais instrumentos de garantia e manutenção do poder como identidade legitimada, portanto, difundida e associada à noção de normalidade. Da mesma maneira são criadas outras identidades existentes de maneira marginal e tomadas por anormalidades que, segundo essa ótica, devem ser eliminadas, banidas, ocultadas, aprisionadas, tratadas, internadas, normalizadas. Aquilo que destoa soa como ameaça de desestabilização de um sistema que enxerga e encontra na uniformidade um meio de dominação e efetividade. (DELEUZE, 1992 *apud* BOCCO, 2009)

A política de normalização encontra nas instituições disciplinares um caminho para sua efetivação, os sujeitos devem, de acordo com ela, corresponder a um padrão mental, comportamental e social pré-estabelecido por saberes que regulamentarão a forma de ser e existir. A Psicologia surge como um desses saberes que visam entender e enquadrar sujeitos em determinadas categorias, estabelecendo o normal e o patológico, o bom e o mau, sendo responsável ainda pela adequação das categorias enxergadas como problemáticas com vistas à sua disciplinarização/normalização. As conclusões acerca de quem é o sujeito, nestes termos, caberia não a ele, mas a outro. (BOCCO, 2009)

No mesmo sentido, a construção social de quem é o jovem surge pautada em estereotipações, que incidem sobre o corpo, a mente, o comportamento e a vida, e se delineiam de acordo com cada época e cultura. Uma série de regras moralmente instituídas determinam o que é “ser jovem” e a maneira pela qual ele deverá se portar enquanto as instituições se responsabilizam da vigilância de suas ações, afim de garantir que esses comportamentos atendam aquilo que é entendido como normal e desejável.

Aos que não atendem a essa perspectiva resta a criminalização ou a patologização, fixando uma identidade que se sobrepõe a singularidade de cada sujeito, sua história e quaisquer outros aspectos que possam diferenciá-lo de outros em condição semelhante. O jovem criminalizado não é enxergado para além do crime, ele se funde a este, sua vida e suas experiências anteriores ao ato criminoso são desconsideradas, bem como as perspectivas de um futuro diferente.

Notamos na narrativa que conflito ético sofrido por José em vários momentos se dá exatamente aí, quando do encontro entre aquilo que ele entendia como correto, fruto da moralidade construída por meio de suas relações familiares, suas experiências e seus afetos e aquilo que fazia de errado, influenciado pelo meio e por suas vontades. Entre a possibilidade de seguir em direção ao futuro estudando, dentro das normas e leis, ou tornar-se mais um criminoso. Pois ainda que não exercesse as mesmas práticas, José se via por muitas vezes no lugar de criminoso, afinal toda sua rede de amigos estava ligada à criminalidade o que por si só já o colocava nessa posição diante dos olhares alheios. Além disso, o desejo de possuir visibilidade, proteção, respeito e um lugar diante do grupo tornavam o crime uma alternativa sedutora.

Afixados a uma identidade atores passam à coadjuvância de suas próprias vidas e a desconhecem-se de si, delegado esse papel a outro, quer seja à saberes hierárquicos cristalizados, regras morais, instituições ou pessoas. O sujeito seria então mais uma produção, o sistema produz um sujeito que deverá produzir para o sistema. O jovem em conflito com a lei seria então também mais um produto, mais uma mercadoria, fabricada para vender nas manchetes dos jornais, para justificar a violência, as medidas de repressão estatal sobre a população e alimentar, com seu aprisionamento, a falsa ideia de segurança, exercendo um certo controle social através do uso do medo, mascarando assim as desigualdades sociais, a ineficiência do Estado na garantia dos direitos fundamentais, os problemas sociais. (BOCCO, 2009)

5.2 Controle social, trabalho e juventude.

Segundo Marx(1984 apud OLIVEIRA E SILVA, 2011) a existência de um controle social por parte do Estado é elemento primordial para que funcionem adequadamente os modos de produção para o domínio das forças da natureza. É esse controle que possibilita a vida em sociedade, na mesma medida em que este é gerado por ela. E é no meio social que se criam os instrumentos necessários ao controle e à reprodução da vida social. Sendo assim, entendendo o trabalho como aquilo que diz de sua natureza e o constitui enquanto ser humano, o sujeito media, é produzido e produz controle social, através do trabalho e das relações sociais que estabelece (OLIVEIRA E SILVA, 2011).

Segundo Mészáros(2002 apud OLIVEIRA E SILVA, 2011), o controle social possibilita que as relações sociais se estabeleçam e se perpetuem em dado espaço, determinando a forma como se darão as relações sociais, como resultado do cenário político, econômico e social de cada época. Sendo assim, coexistem forças que disputam entre si um lugar de hegemonia para sustentar e reproduzir determinados modos de ser em sociedade. Vale destacar que esse controle, segundo a teoria marxista, de maneira isolada, não é um problema pois é necessário para as relações que o homem precisa estabelecer com a natureza a serem mediadas no meio social(OLIVEIRA E SILVA, 2011).

A forma de controle sobre os corpos varia conforme variam os modos de produção e se materializa através das várias relações e intuições: familiares, educacionais, religiosas e normas e leis criadas e modificadas ao longo do tempo. No capitalismo, a partir de uma perspectiva marxista, esse controle é exercido para manutenção da legitimidade do domínio de uma classe dominante sobre uma classe dominada, através da divisão social do trabalho, apoiado no tripé: capital, trabalho e estado(MÉSZÁROS apud OLIVEIRA E SILVA, 2011).

Há nesse sistema uma relação desigual entre aquilo que é produzido e a maneira pela qual essa produção é remunerada e um controle social que de forma autoritária legitima a dominação de uns sobre os outros, alienando para a individualidade e o consumismo. Socialmente ocorre o que Mészáros(apud OLIVEIRA E SILVA, 2011) chama de *socieometabolismo*, onde o homem serve de instrumento de alienação do próprio homem. Dessa maneira fica claro que o controle não é algo natural mas instituído social e historicamente.

No mesmo sentido, a forma como se enxerga a juventude e o trabalho também se delinea historicamente e há na modernidade, no modelo capitalista, uma preocupação na

forma como essa relação será desenvolvida. Com a mudança na visão a respeito de quem é o jovem e de que espaços ele deve ocupar, há uma recriminação à ideia de que eles passem algum tempo de socialização nas ruas e demais espaços públicos, atribui-se a esses lugares a ideia de que seriam férteis à proliferação da violência, de comportamentos inadequados e indesejados socialmente, que perturbariam a ordem pública. Abre-se exceção quando os eventos servem para reafirmar os valores instituídos que reforçam a disciplina.

Cada vez mais o espaço reservado ao jovem se torna limitado à escola e à família nos moldes burgueses: individualista, privado e mercantilista. Procura-se afastar do jovem qualquer contato que não seja controlável, enquanto aproxima-se dele as instituições que possam facilitar a compreensão das regras e disciplinas necessárias para torná-lo preparado para mundo do trabalho (ABRAMO apud OLIVEIRA E SILVA, 2011).

CAPÍTULO 6

Quem é o jovem criminalizado?

Como já dissemos, o jovem moderno, visto através de diferentes perspectivas, sociológicas, psicológicas, surge como motivo de preocupação para a ordem social vigente, à medida que é entendido como uma ameaça à lógica de produção capitalista. Essa ameaça estaria justificada pelo comportamento indisciplinado, enxergado por essas perspectivas como típico dessa fase, o que explicaria o fato dos jovens organizarem-se em desacordo com o padrão pré-estabelecido. Esse “desajuste” passa então a ser associado, sem que considerem-se as desigualdades sociais, a uma ausência ou deficiência na regulação comportamental desses adolescentes que seriam provenientes de um lugar específico, o lugar do pobre (OLIVEIRA E SILVA, 2011).

Dessa maneira, os jovens que se adequam e reproduzem o modo de ser do capital não são vistos como problema, ainda que transgridam em algum momento pontual as leis e normas, não sendo destinadas a eles as ações interventivas aplicadas pelo Estado (ABRAMO apud OLIVEIRA E SILVA, 2011). Desconsiderando a ausência de políticas públicas em alguns territórios a ação estatal se limita à punição e criminalização de jovens periféricos – que gera muitas vezes ações genocidas dessa população sem grandes questionamentos por parte da população⁹ – e os torna visíveis a partir das violências cometidas pela e sobre a juventude, violências estas que estariam ligadas, nessa lógica, ao não trabalho e a ausência de um autocontrole familiar, contribuindo para desestabilização daquilo que espera o padrão capitalista no que se refere ao controle social e ameaça ao modo de vida e produção pré-estabelecidos (BOURDIEU apud OLIVEIRA E SILVA, 2011).

O que é possível perceber é que não há um incentivo a autonomia dos jovens e/ou investimento na formação de um pensamento crítico mas apenas uma busca pela propagação dos moldes de produção do capital. Segundo esse padrão o jovem deve aprender desde cedo

⁹ De acordo com o Mapa da Violência (2016), desde o primeiro levantamento estatístico realizado e divulgado por meio deste instrumento em 1998, a parcela jovem da população aparece como principal vítima de homicídios cometidos no Brasil. Isso pode ser comprovado observando o intenso crescimento na morte violenta de jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, se sobrepondo ao número total de homicídios referente ao restante da população. No que se refere à população em geral o número de homicídios cresceu 592,8%, entre 1980 a 2014. Já em relação à juventude houve um aumento de 699,5%, nos respectivos anos supracitados. Dados bastante preocupantes, levando em conta que os jovens representam apenas 26% da população total do país. Além disso é importante destacar que a parcela negra da população (contabilizada pela junção daqueles se autodenominaram negros e pardos) é a que mais sofre genocídio no país, segundo os dados do Mapa da Violência (2016), alcançando em 2014 a porcentagem de 70,5% dos homicídios sofridos no país. Segundo a mesma fonte os homens também lideram o ranking das vítimas de homicídio em 94,4% na média nacional. (WAISELFISZ, 2016)

sobre seu papel de subserviência a uma autoridade. A autoridade inside através de leis e normas difundidas socialmente na família, na escola, no trabalho e nos demais ambientes de convivência. Todas essas leis e normas coadunam para sustentação do controle social que permite a concretização do objetivo capitalista(PASSETTI, 1985).

Ocorre que é destinada a cada membro da sociedade uma função que se dará mediante as relações de trabalho. O indivíduo vende sua força de produção em troca de uma remuneração que é inferior ao trabalho executado, gerando assim mais-valia, que segundo Marx seria o excedente de trabalho não pago que fornece lucro ao capitalista. A família se constitui como mantenedora desse modo de produção e acumulação de riquezas, à medida que acriticamente dá continuidade ao modelo, educando seus membros para o trabalho.

Vale destacar que o mercado é incapaz de absorver toda mão de obra e não pode visar isso, considerando que é o excedente desempregado que mantém a minoria empregada submissa a condições muitas vezes precárias de trabalho. Enquanto, em momentos de expansão, muitas contratações são feitas, em momentos de retração, preponderam demissões em massa, o que acaba gerando o que Marx nomeou de exército de reserva, que corresponde ao excedente de mão de obra em relação à necessidade da produção, acarretando desemprego, criminalidade, desorganização financeira(PASSETTI,1985). Ao jovem ausente do acesso às políticas e dispositivos institucionais restará as ruas e a ousadia para criar novas formas de existir frente a falta de oportunidades.

A escola também serve como um dos instrumentos de disciplina e controle, educando, normatizando para o respeito à autoridade, para a obediência, para o trabalho. Aprende-se no ambiente escolar o que é a hierarquia e que papel deve-se exercer dentro dela, aos superiores obediência, aos inferiores clemência, nesses moldes, bem mais que o conhecimento prepondera para a autoridade o lugar que se ocupa hierarquicamente. A disciplina e a persistência aparecem como os pilares sustentadores do sucesso, dessa maneira, apreende-se que somente através do bom comportamento a ascensão é possível.

Numa tentativa de suavização de toda essa rigidez disciplinar a qual os sujeitos estão submetidos surge a ideia de liberdade, ela aparece como a parte benevolente da autoridade, condicionada às regras já postas, uma escolha sufocada pelas oportunidades diminuídas em prol daquilo que é de interesse do mercado. Assim, a liberdade consistiria em optar, dentro da gama de possibilidades ofertadas, onde empregar a força de trabalho, o que comprar, que

condutas adotar, como viver, obedecendo sem questionar os direitos e deveres instituídos socialmente(PASSETTI,1985).

É então através da obediência e persistência que se atingem os ideais almejados, e adotar essa postura seria uma questão de escolha, seria fazer o usufruto correto da liberdade permitida pela autoridade, não cabendo nesse espaço o questionamento, tendo em vista que tudo já está posto e arranjado da melhor maneira para o sujeito. A crítica, a revolta, o enfrentamento, qualquer forma de negação a esse modelo, aparecem então como transgressão, algo a ser desqualificado, reprimido, criminalizado.

Segundo Passetti(1985), uma construção feita desde a infância: a criança bem comportada renunciaria o adulto bem sucedido. Dessa forma, não haveria bem uma diferenciação do olhar lançado para crianças e adultos, considerando-se que o tratamento dado a ambos se pauta na obediência às regras e empenho nos esforços para garantir os objetivos, que em primeiro plano parecem servir aos próprios anseios mas na prática servem aos objetivos do capital. Assim o olhar para criança seria de um adulto em potencial. Uma dinâmica que muda através do tempo em sua forma de apresentar-se mas que permanece a mesma em sentido, passada de geração em geração.

Na prática os anseios não se cumprem muitas vezes, na grande maioria das vezes, vale ressaltar. As oportunidades, o sucesso, o acesso ao bens de consumo e a riqueza produzida é concentrada nas mãos de poucos. A grande maioria se contentará na venda de sua força de trabalho em troca de uma remuneração desproporcional. Outros não terão nem mesmo a chance de fazê-lo, estarão entregues à vulnerabilidade resultante da falta de emprego, oportunidades, comida, segurança, educação, moradia, estarão desprovidos de dignidade.

Assim, restava aos jovens daquela comunidade a instituição de um poder paralelo adquirido pela posse de elementos que garantam a sua proteção, o respeito, a visibilidade, o lazer, uma maneira de existir naquele espaço e socialmente. Isso se fazia por meio da posse de armas. Ter uma arma significava ter tudo isso, significava gozar daquilo que o Estado nega à parcela marginalizada da população.

Aos que se percebem injustiçados e pensam em rebelar-se está sempre latente a ameaça de recolhimento, de punição e é este temor que impede, muitas vezes, que condutas que vão de encontro à ordem pré-estabelecida aconteçam. Porém isso muda de configuração quando tomamos como referência a juventude. Geralmente, há no jovem a força motriz da mudança, o espírito do desafio, costumamos considerar típico dessa fase o questionamento, o enfrentamento, a ousadia e essa postura surge como prenúncio a uma conduta ameaçadora a

ordem posta. O jovem aparece como ameaça à autoridade socialmente instituída, ao poder, é necessário, dessa forma, se não enquadrá-lo nos moldes desejados, detê-lo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dito anteriormente, a maneira pela qual o jovem é punido e criminalizado sofre modificações ao longo do tempo. O primeiro Código de Menores de 1927 tinha uma leitura de que o tratamento dado nas situações de violência deveria ser criminal e que não haveria distinção entre crianças, adolescentes ou adultos. Essa visão se estende até o Código de Menores de 1979 e em ambos os códigos preponderavam para a criminalização os motivos sociais. Com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) o tratamento dado a crianças e adolescentes começa a se dar de maneira diferenciada, considerando seu estado de maturação e desenvolvimento cognitivo inconcluso, passando a criminalização a ter foco no ato infracional. Vale ressaltar, no entanto, que essa mudança não foi capaz de deter a criminalização por motivação social.(SILVA, 2011)

O descompromisso governamental na promoção de programas que acolham a juventude e o não cumprimento das garantias individuais e sociais que poderiam vir a favorecer o cumprimento do ideal de uma vida digna contribuem com o aumento da desigualdade e agravamento das violências cometidas e sofridas pelos jovens. As discussões acerca da juventude tornam-se novamente foco quando esta aparece como ameaça ao sistema capitalista, desafiando-lhe, dessa forma, é necessário exercer sobre ela um controle, um controle que não se faz de maneira arbitrária mas de acordo com o Estado de Direito.

Esse controle se daria autoritariamente através das relações sociais que imprimem uma maneira de ser ao sujeito colocando-o a serviço das necessidades do capital e não das suas, regendo-o pelas relações de poder exercidas pelo Estado, pelo capital e pela sociedade. É na vida social, através dessas relações que esse domínio se materializa, possibilitando que o sistema capitalista aconteça de maneira satisfatória. Apesar da existência das desigualdades sociais decorrentes desse acúmulo de capital por parte de alguns poucos, o Estado Neoliberal trata de desqualificar e sufocar todas os movimentos que o contestem, reforçando assim os instrumentos que o mantem, disseminando nesse intuito a sensação de insegurança social que provoca na sociedade um anseio por proteção.

Dessa maneira, ao invés de aumentar e efetivar as garantias sociais para melhorar a vida de seus cidadãos, o Estado se dedica a reforçar seu comando afim de dominá-los. Assim, tornam-se mais frequentes os encarceramentos, crescimento do efetivo policial, cadeias,

punições e o clamor por maior segurança, que leia-se, limita-se a maior vigilância e controle, atingindo limites que chegam a juventude inclusive através da redução da maioridade penal. (OLIVEIRA E SILVA, 2011)

O medo da punição e de suas consequências, o temor à morte e o desejo de seguir outros caminhos, fez com que José tivesse um destino diferente dos seus amigos. Teve como aliados seus a moralidade que construiu ao longo da vida, algumas pitadas de sorte e muito de seu esforço pessoal. Mas outros fatores se fizeram indispensáveis para que a trajetória de José fosse diferenciada, partindo do incentivo à educação dado por seus pais, reforçado por sua professora e pelo delegado e a oportunidade de viver sua juventude livre de máculas e refletir sobre seus atos, possibilitada pela política de proteção instituída pelo ECA. Por fim, seu ingresso na universidade através do sistemas de cotas, implementado pelas políticas voltadas a atender à juventude. A história de José nos faz refletir sobre muitas questões, mas a principal delas diz respeito a necessidade de garantir efetivamente condições para o alcance da cidadania e dignidade em todos os espaços. Contribuindo para a diminuição do genocídio de jovens periféricos ou a necessidade de que jovens fujam de suas comunidades para poder realizar sonhos.

Entender sobre essas questões se faz essencial à atuação do profissional de psicologia nesses espaços, compreendendo que cada comunidade apresenta uma dinâmica diferenciada e por esse motivo é necessário mais que a existência de políticas públicas regulamentadas para a população, é preciso enxergar na comunidade a possibilidade de efetivação daquilo que foi deliberado. Para tanto, é preciso promover a emancipação dos sujeitos, entendendo-os como sujeitos de direitos, que devem não só se favorecer das políticas, mas construí-las, modificá-las e lutar por sua efetivação. Entendendo a violência como um problema social de raízes mais profundas do que pretende nos convencer a mídia ou o próprio Estado, transferindo aos jovens periféricos a responsabilidade pelos crimes cometidos, justificando assim a repressão violenta realizada nas comunidades marginalizadas. Adentrar esse universo é também deixar-se contaminar pelas descobertas e experiências vivenciais que fogem aquilo que a teoria orienta, entendendo que o saber é uma construção e é feito em cada espaço, utilizando dos recursos trazidos por cada um e cada uma que ali vive para entender e construir coletivamente os instrumentos de modificação daquele ambiente.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Direitos da criança e do adolescente: um debate necessário. **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, vol. 24, n.1, p. 45 – 56, 2012.
- BOCCO, Fernanda. **Cartografias da Infração Juvenil**. Porto Alegre: Abrapso Sul. 2009.
- BRASIL. **Estatuto da juventude**: atos internacionais e normas correlatas. Brasília: Senado Federal, 2013. 103 p.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- BRASIL. **Guia de políticas públicas de juventude**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006. 48 p.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** / Ministério da Saúde. – 3. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. 96 p. – (Série E. Legislação de Saúde).
- BRASIL. Lei 12.711, de 29 de Ago. de 2011. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 18 jan. 2018.
- BRASIL. Lei 12.990, de 9 de Jun de 2014. **Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm>. Acesso em: 18 jan. 2018.
- DATAFOLHA. Opinião pública. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/04/1620652-87-dos-brasileiros-sao-a-favor-da-reducao-da-maioridade-penal.shtml>>. Acesso em: 18 jan. 2018.
- DE OLIVEIRA E SILVA, Maria Liduina. **Entre proteção e punição**: o controle sociopenal dos adolescentes. São Paulo: Editora Unifesp, 2011.
- DOMÈNECH, M.; TIRADO, F. & GÓMEZ, L. A dobra: Psicologia e Subjetivação In: SILVA, T.T. D., (Org.). **Nunca fomos humanos**: nos rastros dos sujeitos, 2001, p.137-234.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; Petrópolis: Vozes, 1987.
- GRECO, Rogério. **Curso de direito penal**. Parte geral. 11ª. ed., Rio de Janeiro: Impetus, 2009. 824 p.
- MAGER, Miryam. Preliminares para um debate: do sujeito sujeitado para um sujeito dessujeitado. *PSI – Rev. Psicol. Soc. Instit.*, Londrina, v. 2, n. 2, p. 231-250, dez. 2000.

MARCILIO, Maria Luiza. A Roda dos Expostos e a Criança Abandonada na História do Brasil. 1726–1950, In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo, Ed. Cortez, 2003.

MELLO, Ricardo Pimentel; SILVA, Alyne Alvarez; LIMA, Maria Lúcia Chaves; DI PAOLO, Angela Flexa. Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa em psicologia social. *Psicol. Soc.* [online]. 2007, vol.19, n.3, pp.26-32. ISSN 0102-7182.

O GLOBO. **Brasil**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/datafolha-cresce-apoio-reducao-de-maioridade-penal-em-crimes-graves-22249123>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **A pesquisa narrativa: uma introdução**. *Rev. bras. linguist. apl.*, 2008, vol.8, no.2, p.261-266. ISSN 1984-6398

PASSETTI, Edson. **O que é menor**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

SALUM, Maria José Gontijo. A efetivação do ECA: uma política com a participação de vários parceiros In: MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; SALUM, Maria José Gontijo; OLIVEIRA, Rodrigo Torres (Org.). **Estatuto da Criança e do Adolescente: refletindo sobre sujeitos, direitos e responsabilidades**. Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2016. 250 p. ISBN: 978-85-89208-74-1

SILVA, Carlos André Moreira da; CALEIRO, Regina Célia Lima. A assistência institucional às crianças abandonadas no Brasil: do singular ao universal. *Rev. Hist. e Cult.*, Franca - SP, v.1, n.2, p.113-125, 2012. ISSN: 2238-6270.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2006. 212 p.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso: da escravidão à lava jato**. Rio de Janeiro, Editora Leya, 2017. 240p.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2016: homicídios por armas de fogo no Brasil**. Brasília: FLACSO Brasil, 2016. 74p.

ANEXO I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE**BASEADO NAS DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS Nº466/2012, MS.**

Prezado Senhor,

Esta pesquisa trata da **Problematização acerca da criminalização juvenil: Uma Pesquisa Bibliográfica E Narrativa** e está sendo desenvolvida por **Ana Beatriz Lopes Vital**, do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Campina Grande, sob a orientação da Profa **Alyne Alvarez Silva**

Os objetivos do estudo são: Compreender e discorrer sobre fatores que concorrem para criminalização de jovens, buscando descolar destes a visão unívoca que lhes atribui a responsabilidade pela violência; Buscar proporcionar uma visão mais ampliada acerca da criminalização desses jovens; Investigar como a visão acerca da criminalização influencia na criação de modos de subjetivação e na construção da subjetividade; Contribuir para fomentar a discussão sobre a infração juvenil; Investigar quem é o jovem criminalizado.. A finalidade deste trabalho é contribuir para fomentar a discussão sobre a criminalização juvenil, possibilitando assim novas maneiras de visualizar e tratar desse fenômeno, a partir de reflexões e contribuições teóricas e experienciais que podem auxiliar na prática profissional nesse espaço.

Solicitamos a sua colaboração para **participar de uma entrevista-conversa**, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Assinatura da pesquisadora responsável

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Campina Grande , ____ de _____ de _____

Assinatura do participante ou responsável legal

Contato com a Pesquisadora Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora:

(83) 99869-0976 ou anabeatrizlv@hotmail.com.

ANEXO II

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

- Dados Sociodemográficos;
- Informações sobre a dinâmica da comunidade;
- Faixa etária dos jovens que cometiam atos infracionais à época e no local;
- Motivações para realização de infrações;
- Racismo;
- Capitalismo e Trabalho;
- Instituição do ECA e seus efeitos;
- Políticas Públicas.